

CLAUDINO MAMBAMBA CAFETE

**GESTÃO PARTICIPATIVA E POLÍTICA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL:
ESTUDO DE CASO NAS ILHAS DE UROK - GUINÉ-BISSAU**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Gustavo Bastos Braga

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2021**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

M263g
2021

Mambamba Cafete, Claudino, 1993-
Gestão participativa e política de proteção ambiental :
estudo de caso nas ilhas de Urok-Guiné-Bissau / Claudino
Mambamba Cafete. – Viçosa, MG, 2021.
85 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Inclui apêndices.

Orientador: Gustavo Bastos Braga.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 70-75.

1. Administração pública - Guiné-Bissau - Participação do
cidadão. 2. Proteção Ambiental - Guiné-Bissau. 3. Política
ambiental - Guiné-Bissau. I. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de Administração, Contabilidade e Economia.
Programa de Pós-Graduação em Administração. II. Título.

CDD 22. ed. 363.70096657

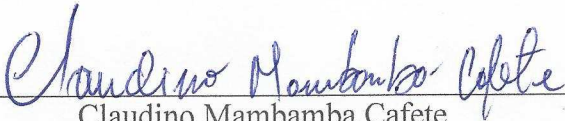
CLAUDINO MAMBAMBA CAFETE

**GESTÃO PARTICIPATIVA E POLÍTICA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL:
ESTUDO DE CASO NAS ILHAS DE UROK - GUINÉ-BISSAU**


Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 17 de maio de 2021.

Assentimento:



Claudino Mambamba Cafete
Autor



Gustavo Bastos Braga
Orientador

A todos que participaram da minha vida,
acreditaram em mim, especialmente, a meu pai
Mambamba Cafete.

AGRADECIMENTOS

Durante este percurso tive apoios e incentivos sem os quais não seria possível chegar ao fim. Em primeiro lugar, dedico este trabalho aos meus queridos pais, pelo amor, incentivo e apoio que sempre me deram em todas as circunstâncias.

Ao meu orientador Gustavo Bastos Braga, por toda a dedicação, ensinamento e paciência no solucionar das dúvidas que foram surgindo ao longo da realização deste trabalho.

A todos professores que passaram na minha vida, em especial, aos professores do programa de pós-graduação em Administração da UFV.

A Tiniguena, pelo acolhimento, apoio logístico e por ter nos facilitado na inserção e na coleta de dados durante a nossa expedição a campo. Ao seu diretor executivo, Miguel de Barros, pelo apoio e ensinamentos. Ao engenheiro Emanuel Ramos, pelo apoio prestado pessoalmente.

A minha querida namorada, Marina Gabriela dos Santos, minha irmã Claudina, pelo apoio e por aquilo que nos une.

Aos moradores e residentes de Urok, especialmente aos que colaboraram durante a pesquisa. Aos funcionários e amigos da Tiniguena, Vladimir Sanca, Sanha J. Correia, Nelson J. Correia, Nela, Elcio.

A CAPES, por viabilizar, financeiramente, os meus estudos durante o mestrado. Ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade.

“A escrita é uma coisa, e o saber, outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem. A herança de tudo aquilo que nossos ancestrais vieram a conhecer e que se encontra latente em tudo o que nos transmitiram, assim como o baobá já existe em potencial em sua semente”.

(Tierno Bokar)

RESUMO

CAFETE, Claudino Mambamba, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, maio de 2021. **Gestão participativa e Política de Proteção Ambiental: Estudo de Caso nas Ilhas de Urok- Guiné-Bissau.** Orientador Gustavo Bastos Braga.

O objetivo deste trabalho é analisar o papel da população local na gestão pública e na execução dos programas de proteção ambiental nas ilhas de Urok. A realização desta pesquisa justifica-se, sobretudo, porque busca compreender a dinâmica dos atores locais no processo de formulação e implementação de políticas de proteção ambiental nas ilhas de Urok. Num outro olhar, O Arquipélago Bijagós, possui uma imensa diversidade dos recursos naturais e culturais, razão pela qual a UNESCO em 1996 o classifica como “Reserva da Biosfera” além de ser um território de relevância científica também desempenha um papel econômico importante para país. Mas a forma como a comunidade de Urok se organiza para formular as medidas de fiscalização e controle da sua área, o diferencia das demais unidades de proteção ambiental na Guiné-Bissau, talvez no mundo. Com relação aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa é classificada como exploratória e descritiva, cuja abordagem qualitativa. Os dados foram coletados através das pesquisas bibliográficas, documental e Grupo Focal. Sendo empregada a técnica da análise do conteúdo. Os encontros do Grupo Focal foram conduzidos pela ONG *Tiniguena*. Nos encontros participaram oito colaboradores, sendo: seis (6) membros do Comitê de Gestão Urok, um (1) inspetor da educação e um (1) locutor da rádio comunitário. Dentre as limitações, destacam-se a pandemia motivada pelo novo Covid-19 e a dificuldade de mobilidade dentro do complexo Urok. Nesse contexto, a pesquisa de campo possibilitou compreender de forma mais ampla as dinâmicas e os conflitos existentes nas questões de conservação na região de Bolama-bijagós, principalmente em Urok. Com análise dos dados do Grupo Focal, identificou-se que a questão de conservação de recursos e gestão dos espaços não era problema para o povo bijagós. Mas a inserção de novos utilizadores causou um certo desconforto e fez com que adotassem novos mecanismos de gestão.

Palavras-chave: Gestão Participativa. Proteção Ambiental. Guiné-Bissau.

ABSTRACT

CAFETE, Claudino Mambamba, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, May, 2021. **Participatory management and Politics of environmental protection: Study of Case in Islands of Urok- Guinea-Bissau.** Adviser: Gustavo Bastos Braga.

The objective of this work is to analyze the paper of the local people in public management and in execution of program of environmental protection in islands of Urok. The realization of this justified research, about everything, because the search is to understand the dynamic location of actors in formulation of process and politics of environmental protection in islands of Urok. In other to look, the Bijagos Archipelago, it has one diversity immense of naturals resources and cultural, by reason which the UNESCO in 1996 how the classify “reservation of biosphere” beyond of to be one territory of scientific relevance also accomplish one important paper economic for country. Recently, advice of management of communitarian Area protected marine Urak, between this, the 22 winners of Ecuador award. But the community with the form of Urok get organized for formulate the oversight of measure and control of your area, the differentiates of too much of unit’s protection environmental in Guinea-Bissau perhaps in world. With the relation methodology procedures, this research is classified with exploratory and descriptive, whose qualitative approach. The collected form dice through of bibliographic research, documentary and focal group. Being employee the contents of analyze of technique. The meeting of focal group form by ONG *Tiniguena*. In meeting participated eight contributors, being: Six (6) members of Management of Committee Urok, one (1) of education inspector and one (1) of communitarian radio announcer. Among the stand out limitations the motivated pandemic by new Covid-19 and the mobility of difficulty among of complex Urok. In that contents, the field of research made it possibly understand of more form broad the dynamic and the existences conflicts in conversation of questions in Bolama- bijagós region, principally at Urok. With analyze of focal group of dice, identified what of conversation of question of resources and space of management was not problem for the Bijagós people. But the one of insertion user caused right discomfort and made with what new mechanism adopt of management.

Keywords: Participative management. Environmental Protection. Guinea Bissau.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 — Ciclo de políticas públicas | 25 |
| Figura 2 — Mapa de Guiné-Bissau com destaque dos Arquipélagos | 32 |
| Figura 3 — Feixes de arroz | 45 |
| Figura 4 — Colheita Comunitária em Botai..... | 45 |
| Figura 5 — Assembleia da reserva – Bubaque | 46 |
| Figura 6 — organograma da estrutura de gestão da AMPC-Urok..... | 48 |
| Figura 7 — Sede da AMPC-Urok..... | 55 |
| Figura 8 — Transporte comunitário da AMPC-Urok..... | 55 |
| Figura 9 — Nuvem de palavras do primeiro plano de gestão | 61 |
| Figura 10 — Nuvem de palavras do segundo plano de gestão..... | 63 |
| Figura 11 — Nuvem de palavras do depoimento do Grupo Focal..... | 65 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 — Lista dos documentos analisados | 33 |
| Quadro 2 — Delineamento metodológico | 34 |
| Quadro 3 — processo de análise de conteúdo | 35 |
| Quadro 4 — Etapas do processo de concertação (1998-2005) | 41 |
| Quadro 5 — Características do CGT | 49 |
| Quadro 6 — Competências, Composição e Modalidade de Reunião da AI | 50 |
| Quadro 7 — As Competências, Composição e Modelo de reunião | 51 |
| Quadro 8 — As Competências, Composição e Modelo de reunião | 52 |
| Quadro 9 — As Competências, Composição e Modelo de reunião | 53 |
| Quadro 10 — Atores atuantes no complexo Urok. | 56 |
| Quadro 11 — Frequência dos atores nos conselhos | 57 |
| Quadro 12 — Identificação dos membros da CGU | 58 |
| Quadro 13 — Identificação das aldeias com representação no CGU | 59 |
| Quadro 14 — Principais fontes de rendimento monetário das famílias em Urok. | 63 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|--------|--|
| AGU | Assembleia Geral Urok |
| AI | Assembleia Insular |
| AMPC | Área Marinha Protegida Comunitária |
| CAU | Conselho dos Anciões |
| CGT | Comité de Gestão de Tabanca |
| CGU | Comité de Gestão Urok |
| CIPA | Centro de Investigação Pesqueira Aplicada |
| CTU | Comité Técnico Urok |
| FIBA | Fundação Internacional do Banc d'Arguin |
| FISCAP | Fiscalização e Capitania dos Portos |
| GPC | Gabinete de Planificação Costeira |
| IBAP | Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas |
| ONG | Organização Não Governamental |
| RBABB | Reserva da Biosfera do Arquipélago de Bolama Bijagós |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 13 |
| | 1.1 Estrutura da Dissertação | 17 |
| 2 | FUNDAMENTAÇÃO EMPÍRICA E HISTÓRICA E REFERENCIAL TEÓRICO..... | 18 |
| | 2.1 Estado Moderno e Estado Moderno Africano | 18 |
| | 2.2 Formação do Estado Nacional Guineense | 20 |
| | 2.3 Políticas Públicas: conceitos, modelos de formulação e análise | 23 |
| | 2.4 Rede: Conceitos, Estruturas e Análise | 27 |
| 3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... | 31 |
| | 3.1 Caracterização e delimitação do universo de pesquisa | 31 |
| | 3.2 Delineamento Metodológico: coleta de dados e métodos utilizados | 32 |
| | 3.3 Análise e tratamento dos dados | 34 |
| | 3.4 Momentos da pesquisa de campo..... | 36 |
| 4 | A ÁREA MARINHA PROTEGIDA COMUNITÁRIA UROK (AMPC-UROK): ENQUADRAMENTO E CARACTERIZAÇÃO GERAL..... | 38 |
| | 4.1 Enquadramento Geral..... | 38 |
| | 4.2 Caracterização da AMPC-Urok..... | 42 |
| 5 | ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO DA ÁREA MARINHA PROTEGIDA COMUNITÁRIA UROK (AMPC-UROK): ASSEMBLEIAS, COMITÊS E CONSELHOS DE GESTÃO UROK..... | 47 |
| | 5.1 Os Comitês de Gestão de Tabanca (Conselho de Gestão da Aldeia)..... | 48 |
| | 5.2 As Assembleias Insulares (AI) | 49 |
| | 5.3 Assembleia Geral Urok (AGU) | 50 |
| | 5.4 O Comité de Gestão Urok (CGU)..... | 51 |
| | 5.5 Conselho dos Anciões Urok (CAU)..... | 52 |
| | 5.6 Comité Técnico Urok (CTU)..... | 53 |
| | 5.7 Comissão de Multas | 54 |
| 6 | RESULTADOS E DISCUSSÕES | 56 |
| | 6.1 Mapeamento e Caracterização dos Conselhos de Gestão da Área Marinha Protegida Comunitária Urok..... | 56 |

| | | |
|----------|--|-----------|
| 6.2 | Processo de Formulação e execução de Políticas Ambientais Urok/ O Olhar da comunidade sobre proteção Ambiental | 60 |
| 6.2.1 | Sobre o olhar da comunidade sobre proteção Ambiental | 64 |
| 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 67 |
| | REFERÊNCIAS | 70 |
| | APÊNDICE A - Roteiro de Discussão para Grupo Focal..... | 76 |
| | APÊNDICE B - Arvore de Palavras do Plano de Gestão 1..... | 79 |
| | APÊNDICE C - Arvore de Palavras do Plano de Gestão 2..... | 80 |
| | ANEXO A - Decreto de Criação da Ampc-Urok..... | 81 |

1 INTRODUÇÃO

Guiné-Bissau é um país situado na costa Ocidental Africana, com uma superfície de 36.125 km², limitada a Norte pela República do Senegal, a Leste e Sul pela República da Guiné-Conakry e a Oeste pelo Oceano Atlântico. Ela conta com uma das mais amplas plataformas continentais marítimas da Costa Ocidental Africana com cerca de 53.000km². A população da Guiné-Bissau é de 979.203 habitantes, de acordo com o censo de 1991, a projeção estimada em 2020 é de 1.968.000 habitantes. A densidade populacional é de 69,99 hab./km² e a taxa de crescimento médio anual da população situa-se em 2,4 pontos percentuais (KNOEMA, 2020). O país é composto por duas partes: a parte continental e a parte insular. A parte insular é composta por mais de 80 ilhas e ilhéus dos quais somente 20 são habitados.

A Guiné-Bissau é um país pouco industrializado, como os demais países menos desenvolvidos da África. Reúne um conjunto de problemas, por exemplo, na educação, existe uma carência de infraestruturas na rede pública de ensino. Também falta de materiais didáticos e atraso nos salários dos professores, isto revela a falta de investimento na educação e na economia. O país enfrenta sérios problemas econômicos não só por falta de indústrias que possam estimular o crescimento econômico. Esses e alguns problemas que talvez não foram mencionados afetam negativamente a interação dos eventos relacionados às mudanças do clima e os socioeconômicos.

Desde da independência, em 1973, que a Guiné-Bissau é atormentada por um conjunto de problemas de cunho sociopolítico (SANTY, 2012). Em 1998, o país sofreu com uma guerra civil, que durou 11 meses, nos anos subsequentes o país atravessou por fases de golpes de Estado (SEMEDO, 2009). Sendo que, até 2014, nenhum governo eleito conseguiu terminar seu mandato. Em 2019, o país é assolado pela instabilidade política, onde o presidente José Mario Vaz, que nas eleições presidenciais de 2014, teve o apoio do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-verde (PAIGC), recusa a ceder o poder para o partido eleito (PAIGC) nas eleições legislativas realizadas em março de 2019. Atualmente, vive-se um novo episódio da crise política proveniente das últimas eleições presidenciais, realizadas em novembro de 2019, tendo o segundo turno realizado em dezembro do mesmo ano. Nessas eleições participaram doze candidatos, contando com a participação do Presidente da República José Mario Vaz, que concorre para sua própria sucessão no cargo.

José Mario Vaz, que nas eleições de 2014 teve o apoio do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-verde (PAIGC), passou a ser um dos candidatos independentes, sem qualquer apoio partidário, que terminou com a sua derrota logo no primeiro turno.

O segundo turno das eleições, foram marcadas por disputa entre dois candidatos apoiados por partidos com maior representação parlamentar, o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-verde (PAIGC) e o Movimento para Alternância Democrática (MADEM G-15).

Domingos Simões Pereira, com o apoio do PAIGC saiu do primeiro turno como o candidato mais votado e Umaro Sissoco Embaló, apoiado pelo MADEM G-15 ficou na segunda posição. Num contexto que Domingos Simões Pereira, foi o cabeça de lista do PAIGC (partido vencedor) nas eleições legislativas de março de 2019. O segundo turno das eleições aconteceu no dia 29 de dezembro de 2019, a Comissão Nacional das Eleições (CNE), veio anunciar os resultados provisórios no dia 1 de janeiro de 2020, declarando Umaro Sissoco Embaló, vencedor das eleições presidenciais. Os resultados anunciados pela Comissão Nacional das Eleições (CNE), que é o órgão gestor das eleições, não foram reconhecidos pelo candidato apoiado pelo Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-verde (PAIGC).

Domingos Simões Pereira, entrou com recursos no Supremo Tribunal de Justiça, contestando os resultados e pedindo recontagem dos votos, posteriormente, veio a pedir anulação das eleições. Com o processo em análise no Supremo Tribunal de Justiça, o candidato Umaro Sissoco Embaló, declarado vencedor das eleições, decidiu organizar a sua própria tomada de posse no dia 27 de fevereiro de 2020 mesmo com ausência de várias autoridades competentes e sem esperar o pronunciamento final do Supremo Tribunal de Justiça sobre o contencioso eleitoral. Após a sua tomada de posse, Umaro Sissoco Embaló, publicou dois decretos, o primeiro decreto exonera o governo do PAIGC, liderado por Aristides Gomes e o segundo decreto nomeia Nuno Gomes Nabiam ao cargo de primeiro-ministro da Guiné-Bissau. Nuno Gomes Nabiam, no momento exercia o cargo de vice-presidente do parlamento e presidente do partido Assembleia do Povo Unido - Partido Democrático da Guiné-Bissau (APU-PDGB). Ainda nesse espaço de tempo, as forças armadas ocuparam as instituições governamentais (Supremo Tribunal de Justiça, Palácio de Governo, etc...) impedindo o funcionamento destas. Essa onda de instabilidade tem refletido de forma negativa na sociedade guineense, sobretudo na economia e na criação de políticas públicas capazes de gerar efeitos significativos para a população (DW, 2020).

No que diz respeito a políticas públicas, especificamente, políticas de proteção ambiental, existe uma enorme dificuldade de o Estado implementar programas de conservação, ou seja, assumir o protagonismo na gestão das áreas protegidas devido à instabilidade política, falta de recursos financeiros e humanos para manter o controle total dessas áreas. Atualmente, existem 8 unidades de conservação (áreas protegidas): Parque Natural das Lagoas de Cufada;

Parque Nacional de Cantanhez; Complexo Dulombi, Boé e Tchetché; Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas de Urok; Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama Bijagós; Parque Nacional das Ilhas de Ourango; Parque Natural dos Tarrafes de Cacheu; Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão. A maioria dessas áreas estão localizadas na parte insular especificamente, nos Arquipélagos dos Bijagós.

No olhar de Madeira (2015), o Arquipélago dos Bijagós concentra um número maior de áreas protegidas por ser um ponto de renovação de recursos pesqueiros, sendo a pesca um dos pilares da economia do país. Segundo Té (2017), as receitas provenientes do setor pesqueiro correspondem a 40% do Orçamento Geral do Estado e ainda exercem uma ligeira importância no Produto Interno Bruto (PIB), variando de 3-4% correspondente a 1.458 milhões de dólares. O Estado guineense consciente de que a proteção do meio ambiente pode ser um fator importante para o desenvolvimento do país, promoveu uma estratégia nacional de conservação e proteção ambiental (MADEIRA, 2010).

A gestão das áreas de proteção ambiental na Guiné-Bissau, são da responsabilidade do Estado, mas em certos casos observa-se o envolvimento das Organizações não Governamentais. O Instituto de Biodiversidade e Áreas Protegidas (IBAP) coordena parcialmente a maior parte das áreas protegidas da Guiné-Bissau. No entanto, a Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas de Urok criada 2005 pelo decreto-lei Nº 8/2005, formada por três ilhas (Formosa, Nago e Tchediã), possui uma gestão diferenciada onde há conselhos comunitários que operacionalizam a gestão pública nas ilhas Urok. Madeira (2015), cita em seu estudo que o acesso às terras, a educação e a segurança pública, por exemplo, são de responsabilidade das autoridades tradicionais. As autoridades tradicionais são instituições políticas que regulam as relações das populações rurais. No caso das Ilhas de Urok, essas autoridades se organizam em grupos (conselho do ancião, cerimônias tradicionais e escalões etários) que operam como se fosse um Estado de Direito. Nesta perspectiva levanta-se a seguinte questão de pesquisa: **Qual o papel da população local na gestão pública e na execução dos programas de proteção ambiental nas ilhas de Urok?**

Assim, o objetivo geral se direciona em analisar o papel da população local na gestão pública e na execução dos programas de proteção ambiental nas ilhas de Urok. Desta maneira, o presente estudo lançou um olhar sobre os atores comunitários, incluindo os agentes governamentais e não governamentais que de maneira conjunta participam na construção das políticas ambientais.

No intuito de alcançar o objetivo proposto, optou-se por pesquisar um grupo específico (conselho comunitário de Urok) por ser o principal órgão na gestão do complexo de Urok. Com isto, pretendeu-se especificamente:

- Caracterizar os grupos comunitários quanto ao perfil dos integrantes na gestão, bem como mapear a localização dos integrantes da gestão das áreas protegidas;
- Descrever o processo de formulação e execução de políticas públicas, principalmente as do cunho ambiental, pelos conselhos comunitários;
- Verificar a percepção dos grupos comunitários quanto à proteção ambiental das ilhas.

A realização desta pesquisa justifica-se, sobretudo, porque busca compreender a dinâmica dos atores locais no processo de formulação e implementação de políticas de proteção ambiental nas ilhas de Urok. Num outro olhar, O Arquipélago Bijagós, possui uma imensa diversidade de recursos naturais e culturais, razão pela qual a UNESCO em 1996 o classifica como “Reserva da Biosfera” além de ser um território de relevância científica também desempenha um papel econômico importante para o país. Recentemente, o conselho da gestão da Área Marinha Protegida Comunitária Urok, ficou entre os 22 vencedores do prêmio Equador. O prêmio Equador é organizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), esse prêmio destaca soluções inovadoras e baseadas na natureza para enfrentar os desafios climáticos, meio ambiente e pobreza (ONU, 2019).

A partir da revisão da literatura sobre o tema, nota-se a importância da ação coletiva na proteção dos recursos naturais e culturais nas ilhas de Urok, devido ao valor dado a esses recursos pela população residente na ilha. Segundo Sanó (2016), em certos casos a ação coletiva, está condicionada ao valor que os indivíduos atribuem aos benefícios que os bens comuns podem proporcionar ao longo prazo. Desta forma, a preservação de uma área requer uma medida de fiscalização e controle, previamente estabelecida e aceite legalmente (GONZAGA, 2006). Mas a forma como a comunidade de Urok se organiza para formular as medidas de fiscalização e controle da sua área, o diferencia das demais unidades de proteção ambiental na Guiné-Bissau, talvez no mundo. Segundo Gonzaga (2006), a proteção de uma área de preservação ambiental às vezes é tecnicamente fácil e socialmente difícil porque requer muita persistência para convencer as populações afetadas a aceitar as normas de regulamentação. No caso da comunidade de Urok, a própria comunidade que se mobiliza para formular e criar a sua própria política de proteção ambiental e mecanismos de controle da área protegida, por meio do conselho comunitário e das ONGs envolvidas no processo. O Estado passa a desempenhar o papel de facilitador em alguns casos, por exemplo, no processo de legalização das normas traçadas pelo conselho (MADEIRA, 2015).

Nesse sentido, vê-se a importância deste estudo, uma vez que, parece peculiar o modelo de gestão instalada nas ilhas de Urok. Por outro motivo, existem poucos estudos sobre as Ilhas do Urok especificamente, sobre o conselho da gestão da Área Marinha Protegida Comunitária. Por este ângulo torna-se importante a realização de mais estudos nessa área para que possam ser divulgadas com a possibilidade de expandir o modelo para outras regiões da Guiné-Bissau e nos países da sub-região, levantando também novas opiniões sobre a relevância de conselhos comunitários na gestão de áreas de conservação.

1.1 Estrutura da Dissertação

Esta dissertação é composta por uma introdução e logo no primeiro capítulo é apresentado a Fundamentação Empírica e Histórica e o Referencial Teórico, dividido em subtítulos: Estado Moderno e Estado Moderno Africano, Formação do Estado Nacional Guineense, e, Políticas Públicas e Rede. Na segunda parte, tratou-se dos Procedimentos Metodológicos. Já na terceira parte destaca-se o Enquadramento e caracterização geral da AMPC- Urok, em seguida, a quarta parte apresenta a Estrutura de Governação da AMPC- Urok. Por fim, são mostrados os Resultados e Discussões, também considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO EMPÍRICA E HISTÓRICA E REFERENCIAL TEÓRICO

Para atingir os objetivos propostos por esta pesquisa, tratou-se de abordar um quadro empírico/ teórico relacionado aos seguintes assuntos: a) Estado Moderno e Estado Moderno Africano; b) Formação do Estado Guineense; c) Políticas Públicas: conceitos, modelos de formulação e análise; d) Rede: Conceitos, Estruturas e Análise.

2.1 Estado Moderno e Estado Moderno Africano

Desde que o homem deixou de ser nômade para ser sedentário, ele teve que mudar a sua forma de pensar, o que quer dizer que deixou de ser individualista e começou a construir o pensamento que valorize o seu próximo. Assim formou-se as primeiras sociedades, onde praticamente não existiam regras que regulassem a interação entre eles. Nessas sociedades cada um podia fazer o que bem entender (Estado de Natureza definido por Hobbes), não existia obediência. Com o passar do tempo as coisas começaram a mudar, a necessidade de resolver os problemas de uma forma pacífica, sem o uso de força e de outros meios que colocam em causa a integridade física e moral do outro, vem sendo cultivada (Estado Civil). Segundo Hobbes (1979), no Estado Civil os homens delegam os seus direitos para uma assembleia dos homens que irá governá-los. A instauração do Estado Civil, para Hobbes (1979), deve-se à insegurança que os homens viviam devido à ausência das leis que determinam o certo e o errado. Isto significa que o Estado tem o poder absoluto.

Após abordagem sobre o Estado absolutista, ainda se entende que existe necessidade de pensar o Estado como uma instituição democrática capaz de interagir com os diferentes segmentos da sociedade. Nesse sentido, para melhor compreender o Estado Moderno é necessário conhecer a sua origem. Para isso recorreremos à obra de Friedrich Engels (1984), *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Nessa obra o autor faz um resgate histórico de diferentes sociedades para explicar a origem do Estado, a partir desse resgate histórico percebe-se que o surgimento do Estado remete às antigas uniões gentílicas em Atenas, estas são organizações bem estruturadas capazes de enfrentar os conflitos correntes nas comunidades associadas. Algumas características essenciais dessa organização, por exemplo a “força pública separada da massa do povo”, são presentes no Estado Moderno. Norberto Bobbio (1987), cita em seu estudo que a história das instituições políticas e a história das doutrinas políticas são as principais fontes de estudo do Estado.

O Estado Moderno e suas ações são de extrema importância para o desenvolvimento de qualquer nação, porque suas ações afetam o cotidiano dos cidadãos por exemplo no que diz respeito ao cumprimento das regras preestabelecidas e a garantia de segurança para os cidadãos. De igual forma que Thomas Hobbes, vê o Estado como uma instituição dotada de todos os poderes necessários para garantir os direitos básicos dos cidadãos. Por outro lado, existem outras correntes que entendem o Estado como uma ferramenta de dominação. Segundo Lenin (1986, p. 15), “Estado representativo moderno é o instrumento da exploração do trabalho assalariado pelo capital”.

A África é um continente que enfrentou a repressão colonial por mais de quatro séculos e o processo de emancipação política de alguns países africanos não se deu de forma pacífica. No período pós-colonial, alguns países enfrentaram guerras que influenciaram negativamente no processo de construção do Estado. O que se espera do Estado Moderno Africano? Mesmo com a superação de algumas dificuldades ainda “existem muitos preconceitos a respeito da África e, neles, incluem-se as noções acerca do Estado, das religiões e das etnias” (BELLUCCI, 2010, p. 9).

Em meados do século XIX, a maioria dos países africanos sofreram com a dominação colonial. Isto levou a vários autores a afirmarem que não existia o Estado na África antes da invasão colonial. François Bayard (1989), afirma que o Estado na África ganha características diferenciadas devido às influências das tradições estatais pré-coloniais. Essa afirmação indica que existem estruturas estatais se comparadas com as estruturas do Estado Moderno. O exemplo dessas estruturas são as autoridades tradicionais que são as instituições políticas que regulam as relações das populações rurais.

A compreensão do Estado africano pode ser encontrada em seu interior e nas suas conexões com o mundo exterior, em seus aspectos institucionais de poder, nos órgãos centrais de decisão, nos governantes e administradores, nas instâncias de negociação e compromissos, nas atividades produtoras de bens e serviços públicos, permeadas, todas, por valores tradicionais e modernos. O debate sobre o Estado africano é extenso, e a literatura apresenta muitas visões históricas, análises do presente e propostas alternativas. (BELLUCCI, 2010, p. 10)

O Estado na África é um problema complexo. Pode-se dizer que existem três fases do Estado na África: o Estado pré-colonial, Estado colonial e Estado pós-colonial. No olhar de Dias (2010), o Estado pós-colonial não conseguiu desfazer-se completamente do dualismo herdado da época colonial e impor a multietnicidade que é uma das causas da sua origem, o torna mais difícil de possuir o monopólio do território. Tendo o universo político como um espaço de resolução de conflitos sociais pode-se qualificar o desenvolvimento territorial como

um problema de interesse coletivo que exige a participação de todos na sua resolução. Jean-Paul Billaud (2014), afirma que o desenvolvimento territorial remodelado não pode ser percebido unicamente pela manifestação de movimentos sociais, mas também como uma forma de envolver aqueles que o sistema rejeita ou aqueles que contestam o sistema. Isto significa que, deve-se criar mecanismos que permitam a participação das pessoas no controle sobre o desenvolvimento do meio em que vivem. O uso dos mecanismos da gestão participativa é importante por envolver as comunidades no processo de tomada de decisão e também por valorizar o poder desses grupos comunitários, por outro lado, é uma forma do Estado interagir com a população para melhor entender as necessidades e que de uma forma conjunta definir os planos e as estratégias que possam ajudar na resolução do problema. “O território, mais que um aparelho do Estado, constitui a partir de então o lugar de definição dos problemas públicos” (BILLAUD et al., 2014, p. 47). Lugar onde a ação coletiva é de extrema importância no momento em que pautamos por uma nova forma de pensar.

2.2 Formação do Estado Nacional Guineense

O processo de formação do Estado moderno guineense é semelhante ao de vários países da África. Frutos dos Estados coloniais violentos “construído com base numa disputa igualmente violenta que tinha como um dos panos de fundo a reivindicação da humanidade e a liberdade dos dominados” (SANTY, 2016, p. 94). O processo de formação do Estado Guineense teve seu início com a luta de libertação nacional que durou 11 anos. A participação ativa dos movimentos emancipatórios (movimentos de libertação e partidos políticos) no processo de formação do Estado pós-colonial/moderno Guineense, é de extrema importância, como nos lembra Candé (2013):

Os primeiros partidos políticos nas colônias portuguesas nascem reivindicando a independência e a soberania total dos povos africanos, levando em consideração alguns elementos fundamentais de direitos humanos, a liberdade e a igualdade, fatos ignorados pela administração colonial. É bem verdade que os partidos políticos da época desempenharam um papel imprescindível na formação do Estado nação na maioria dos países africanos (CANDE, 2013, p. 59)

O ano de 1963 marca o início da ação armada, mas, antes da ação armada, houve processo de mobilização interna e externa com objetivos de criar a unidade nacional. Segundo Candé (2013), massacre de Pindjiguiti¹ foi um dos fatores que acelerou ou então forjou a

¹ O Massacre de Pindjiguiti foi um episódio da luta pela independência da Guiné-Bissau do domínio português,

unificação dos movimentos contestatórios (Partido Africano da Independência – PAI e Movimento de Libertação da Guiné – MLG), tendo Amílcar Cabral como representante dos interesses dos filhos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, na luta contra o colonialismo. Cabo Verde e Guiné-Bissau, historicamente estão ligados pelos laços da ancestralidade, as pesquisas apontam que a origem da população caboverdiana tem forte ligação com a Guiné-Bissau devido a escravidão (CANDÉ, 2013). A construção da unidade das nações de Guiné e Cabo Verde, no contexto da luta contra o colonialismo, objetiva a conquista da independência nos dois países e a união orgânica dos mesmos (FERNANDE, 2007).

Durante a luta de libertação os atores políticos guineense e caboverdianos formados pelo Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-verde (PAIGC) legitimaram a proclamação da República da Guiné-Bissau como um Estado independente e soberano (AMPAGATUBÓ, 2008). Fato esse que não se pode ignorar devido a sua importância na desconstrução do Estado colonial na Guiné-Bissau.

Para Gomes (2010), existem ainda outros aspectos importantes que devem ser incluídos nesse debate, entende-se que o processo de construção do Estado e da unidade nacional na Europa e África, ocorreram de forma diferenciada. Na Europa o processo advém de uma construção política de muitos séculos, e a conquista da unidade nacional antecedeu a construção política do Estado. Enquanto na África o processo foi inverso, ou seja, os Estados africanos tentaram novas formas de organização que pudessem integrar as populações de diferentes realidades social e cultural nos seus respectivos territórios (GOMES, 2010).

No caso da Guiné-Bissau, a luta pela libertação nacional foi o marco da coesão nacional, porque houve necessidade de criar uma identidade nacional que pudesse enfrentar o regime colonial (CANDÉ, 2013). Nesse sentido, os movimentos nacionalistas começaram a se mobilizar. Ela adverte:

A centralização da concepção da nação pelos nacionalistas africanos através da via da cultura deve-se ao fato da administração colonial centrada na política de assimilação cultural europeia tentar eliminar todas as possibilidades que vislumbre uma demonstração cultural autônoma dos colonizados (CANDÉ, 2013, p. 34).

Pode-se perceber que a valorização cultural por países africanos (dentre eles Guiné-Bissau) foi ou ainda é fundamental na construção da consciência nacional (FANON, 2005). No caso da Guiné-Bissau, a luta armada entre guerrilheiros do PAIGC e as tropas coloniais

antecedendo e provocando o início da luta armada naquele território. Marinheiros, estivadores e trabalhadores das docas foram violentamente reprimidos por funcionários coloniais, polícia e militares, e alguns civis, repressão esta que viria a resultar em cinquenta mortos e cerca de uma centena de feridos.

portuguesas, culminando com a vitória do PAIGC e a proclamação da independência. Vale lembrar que o modelo de Estado adotado era de orientação marxista-leninista devido à influência soviética. Lembremos que as duas potências mundiais (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e os Estados Unidos da América) foram fundamentais no processo de descolonização na África. Estes tinham o objetivo de implementar suas ideologias (capitalista e socialista) no continente. No caso da Guiné-Bissau, o bloco socialista levou vantagem oferecendo apoio na área militar, na educação e na saúde. Então essa relação acabou por influenciar no modelo do Estado guineense (regime de partido único ou partido-Estado).

Forrest (1993), afirma que, durante a primeira década do regime pós-colonial (Guiné-Bissau independente). O Estado guineense conseguiu atingir um alto grau de autonomia institucional, porém permaneceu “suave”. Devido a sua incapacidade de implementar políticas eficientes e eficazes para sua manutenção. Para Forrest (1993), o “Estado Suave” é como

um Estado com instituições que são fundamentalmente incapazes de traduzir objetivos políticos em ações políticas; Um Estado incapaz de consolidar um sistema político-administrativo nacionalmente eficaz; e um Estado que tenta, mas não consegue impor a nível nacional um sistema de extração econômica sobre o seu setor econômico mais produtivo [...] Além disso, como consequência destas dificuldades, um Estado Suave tende a ser marcado por um afastamento anormalmente grande entre o conjunto dos cidadãos normais e a liderança do Estado, existindo poucos ou nenhum conjuntos formais de ligação entre o estado e a sociedade (FORREST, 1993, p. 58).

Forrest (1993), entende que, as decisões tomadas pelo PAIGC, após a independência podem ter influenciado o Estado Guineense a não conseguir se livrar das características de um “Estado Suave”. Como por exemplo, a extinção de vários impostos que outrora, asseguravam as funcionalidades do Estado colonial para tentar atrair os investimentos internacionais.

Atualmente, no âmbito político-administrativo o Estado Guineense Adota-se o sistema semipresidencialista, nesse sistema o presidente e o primeiro ministro são eleitos pelo sufrágio eleitoral. Mas isto não quer dizer que o Estado Guineense se livrou totalmente das características do “Estado Suave”. Até porque a constante instabilidade política e governativa não o permitiu progredir. Como também,

as redes patrimoniais paralelas ao Estado estariam tão estabelecidas que as suas estruturas independentes das mudanças que ali ocorrem, mantem-se firmes. [...] mesmo em situações mais extremas, como é o caso do conflito armado, golpes de Estado e outras formas de violência político-militar, o que ocorre dentro das redes é uma forma espécie de remanejamento e concessões, mas nunca sua superação ou eliminação (SANTY, 2016, p. 99).

Esses conflitos afetaram negativamente as instituições do Estado, no que se refere a provisão dos serviços públicos. Fato que facilitou a entrada das ONGs na concepção de política públicas, sobretudo, as políticas socioambientais. A seguir, passaremos a tratar das políticas públicas de forma mais genérica.

2.3 Políticas Públicas: conceitos, modelos de formulação e análise

A literatura aponta 1950 como o marco inicial dos estudos das políticas públicas sob a perspectiva de *Policy Science* (PINTO, 2018). Quatro autores são mencionados na literatura como “pais das políticas públicas” (H. Simon, C. Lindblom, H. Laswell e D. Easton). Segundo Souza (2006), a expressão *policy analysis* (análise de política pública), foi introduzido por H. Laswell (1963), no sentido de conciliar o conhecimento científico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer redes de contatos entre os cientistas de diversas áreas. Anos depois, Simon (1957), apresenta uma nova perspectiva sobre o tema (*policy makers*), argumentando sobre a racionalidade limitada, fundamentada nos problemas que envolvem os interesses próprios dos decisores e também a falta de informações completas.

No olhar de Lindblom (1959), as políticas públicas devem incorporar outras variáveis à sua formulação e à sua análise, tais como o papel das eleições, das burocracias dos partidos e dos grupos de interesse e não simplesmente, as questões da racionalidade. Por último vem as contribuições de Easton (1965), ao conceituar a política pública como um sistema aberto a receber *inputs* dos grupos de interesses, que afetarão significativamente os resultados. Com isto, percebe-se que existem várias definições de políticas públicas sem consenso na academia. Souza (2006), afirma que a mais célebre definição de política pública continua sendo a de Laswell, isto é, as decisões e análise sobre política pública motiva a responder às seguintes questões: quem ganha o quê? Por quê? E que diferença faz?

Souza (2006) entende que as políticas públicas e as suas estruturas, estão diretamente ligadas às estruturas do Estado. O Estado define como os recursos vão ser usados para o bem dos cidadãos, por outro lado, ela vê as políticas públicas como um campo de conhecimento comprometido em colocar o governo em ação ou em análise das ações. Na Europa, as políticas públicas surgiram como forma de separar os trabalhos relacionados à competência do Estado, enquanto, nos Estados Unidos os estudos das políticas públicas surgem no mundo acadêmico sem relação com o papel do Estado, mas sim com o governo que possui discricionariedade (PINTO, 2018). No caso do Brasil, a institucionalização das políticas públicas na academia

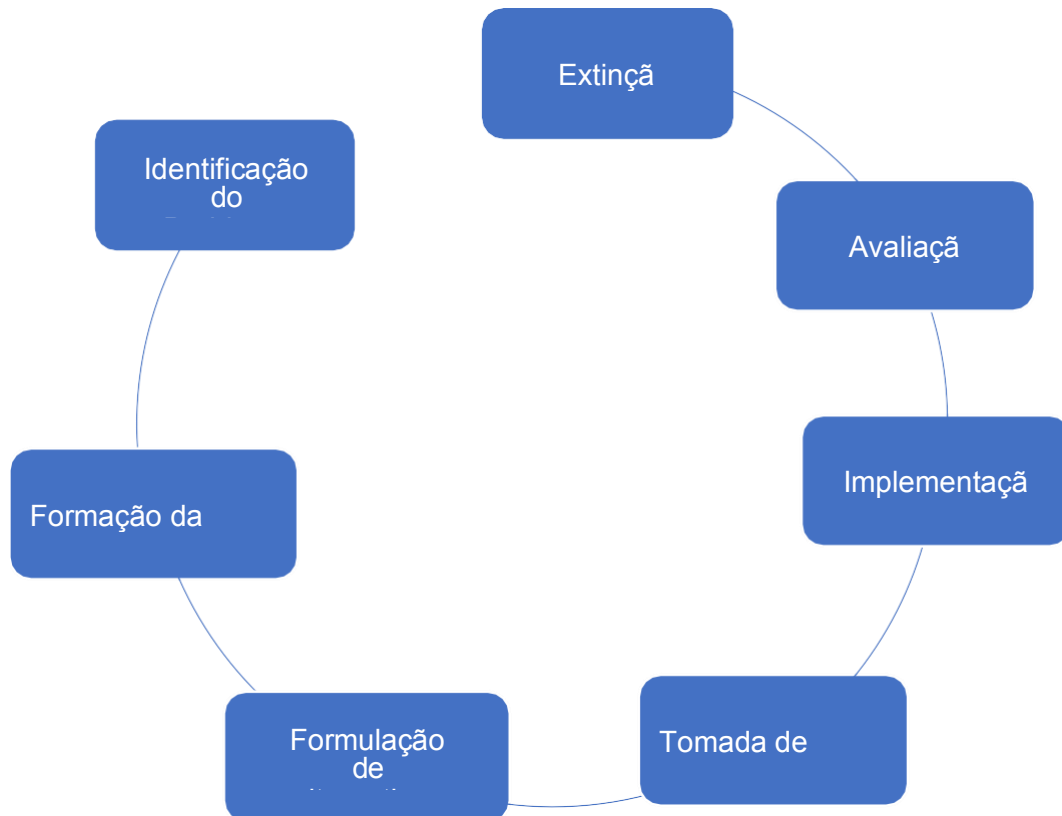
brasileira até o final dos anos 1990, ainda estava na fase inicial. Nos anos 2000 se registrou um crescimento na formação nas áreas de políticas públicas classificado como subárea das ciências políticas, considerando assim, a classificação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (CORTES; LIMA, 2012).

Atores como Secchi (2012), determinam que as políticas públicas, sejam entendidas como guia para resolução de problemas públicos. “Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade” (SARAVIA, 2006, p. 28).

Leonardo Secchi (2012) vê uma correlação entre políticas públicas e políticas governamentais, para ele, toda política governamental deveria ser considerada política pública, pois, essas políticas governamentais são exercidas por atores públicos com o objetivo de atender e resolver os problemas de interesse coletivo. Entretanto, entende-se também que não só a política governamental deve ser considerada política pública pelo simples fato de ter o envolvimento de atores públicos. Existem outras perspectivas que não consideram o poder público o único provedor das políticas públicas, mas acreditam que as entidades não governamentais podem formular e implementar certas políticas públicas.

Existem outras formas de estudar e entender a evolução da política pública, isto é, separá-las em fases (ciclos). O ciclo de políticas públicas não é nada mais que uma forma de organização de ideias para melhor materializá-las. Esse método é criticado por alguns autores como Howard (2005), entende que o ciclo da política pública não deve ser tratado como um processo já integralizado e universal, porque em certos casos alguns procedimentos podem ser ignorados ou pode ser invertida a ordem das fases. O ciclo de políticas públicas é separado em sete fases principais: identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção (SECCHI, 2010).

Figura 1 — Ciclo de políticas públicas.



Fonte: Secchi (2010).

No que se refere a análise de políticas públicas. Partimos da análise de Klaus Frey (2000) no momento em que ele discute as necessidades de “adaptação do conjunto de instrumentos da análise de políticas públicas às condições peculiares das sociedades em desenvolvimento” (FREY, 2000, p. 212). O autor justifica que o modelo elaborado “analítico-conceitual” é um modelo elaborado para países industrializados com democracia consolidada (caso de países do ocidente). Para sustentar a sua tese, em primeiro lugar, Frey (2000) faz uma ilustração das três dimensões da política: *polity* para denominar as instituições políticas, *politics* para os processos políticos e *policy* para os conteúdos da política. Frey (2000) entende que, esses aspectos da política, se levados em conta, podem fornecer categorias relevantes e proveitosas na estruturação de projetos de pesquisa. Porém, “não se deve deixar de reparar que na realidade política essas dimensões são entrelaçadas e se influenciam mutuamente” (FREY, 2000, p. 217).

Dentro de uma heterogeneidade de instrumentos analíticos, uma das fermentas mais utilizadas na literatura é a modificação da política em fases ou etapas, ao longo de ciclo de políticas. Nessa lógica Frey (2000), ressalta que ao subdividir o agir público em fases parciais do processo político administrativo de resolução de problemas o *policy cycle* acaba se revelando um modelo heurístico bastante interessante para análise da vida de uma política pública (CAVALCANTE, 2007, p. 168).

Diante dessa heterogeneidade de instrumentos analíticos das políticas públicas, de certa forma, a prática comum da *policy analysis*. Nos leva a diferenciar variáveis dependente e independentes para redução das complexidades das políticas públicas. Mas também pode servir de barreira em certos casos empíricos (FREY, 2000).

Isto é particularmente óbvio nos casos de políticas setoriais novas e fortemente conflituosas, como bem ilustra o caso da política ambiental. [...] Por outro lado, em consequência da tematização da questão ambiental, novos atores políticos (associações ambientais, institutos de pesquisa ambiental, repartições públicas encarregadas com a preservação ambiental) entraram em cena, transformando e reestruturando o processo político (FREY, 2000, p. 217)

No caso das políticas ambientais em Uruk, onde as estruturas expressam uma dinâmica peculiar. Isto é, considerando o contexto local e as limitações econômicas da região. Torna-se difícil negligenciar a interação das três dimensões políticas. Desta forma, adotamos *policy networks* para fundamentar esse estudo, devido ao complexo desafio das políticas públicas ambientais na Guiné-Bissau. Segundo Miller (1994), *policy networks* não é nada mais que redes de relações sociais que se reiteram periodicamente com características menos formais do que as relações sociais institucionalizadas.

Essa é uma abordagem em que “as análises são centradas nos atores dos níveis organizacionais responsáveis pela implementação” (LIMA e D’ASCENZI, 2014, p. 104). Adotar essa linha teórica para fundamentar as questões de políticas públicas ambientais na Guiné-Bissau, especialmente nas regiões consideradas pobres, pode trazer uma mudança de opinião sobre o processo de implementação das políticas, já que a Guiné-Bissau carece de estudos nessa área por causa das instabilidades e o baixo nível de ensino superior. Diante dessas barreiras surgem vários problemas sociais, como as que dizem respeito à relação entre o Estado, as ONGs nacionais e internacionais e as populações locais (SANTY e VALENCIO, 2017).

as ONGs lançam mão de um discurso pasteurizado sobre a degradação ambiental a fim de alterar a dinâmica de controle dos recursos a seu favor, escorando-se nos argumentos em torno de “salvaguardar os recursos naturais e a biodiversidade” e de reorientar o “mau uso” por parte das populações locais (SANTY e VALENCIO, 2017, p. 56)

Para Santy e Valencio (2017), em vários casos, as ONGs agem de forma autoritária com as populações em razão da legitimidade que o Estado lhes confere. As populações locais não participam na elaboração ou na discussão dessas questões de certa forma são colocadas como beneficiárias de políticas públicas sem nenhum diálogo prévio. Apesar de existirem diferentes modalidades de comunicação social para divulgação de informação, o debate público sobre as

questões ambientais, econômicos e políticas, ainda continua ser difícil na Guiné-Bissau (INDJAI, 2014). Existe um certo tipo de aliança ostensiva entre as ONGs ambientalistas e o Estado, com essas alianças cria-se novas formas de dominação social e político em volta das questões ambientais, mas, apesar “dessa abordagem biocêntrica dominante, surgem ONGs que se movem pelo princípio do “desenvolvimento comunitário”, que engendra uma nova ideia de comunidade” (SANTY e VALENCIO, 2017, p. 57).

A ONG *Tinguena*, é uma das organizações nacionais com o objetivo de envolver a comunidade local no processo da construção, da implementação e da avaliação, das políticas ambientais nas regiões onde atua. Esse estudo visa resgatar essas novas dinâmicas no processo de implementação de políticas públicas, uma vez que a área carece de estudos que abordam “as dinâmicas e os efeitos de todo o processo de formulação e implementação das políticas públicas” (LOTTA e PAVEZ, 2010, p. 110). Para melhor entender e analisar essas dinâmicas recorreremos aos mecanismos relacionais porque usando esses mecanismos podemos realizar estudos detalhados sem estabelecer fronteiras entre o Estado e sociedade (MARQUES, 2007). O conceito de redes para análise de políticas públicas, começou-se a ser aplicado a partir de meados dos anos setenta e início dos anos oitenta, as análises eram centradas nos padrões de relações de indivíduos e entidades que cercam as situações sociais (KLIJN, 1998; MARQUES, 2007). Desta forma, o uso dos mecanismos relacionais como ferramenta analítica pode gerar efeitos positivos nas pesquisas sociais, econômicas ou em qualquer área de conhecimento.

2.4 Rede: Conceitos, Estruturas e Análise

Desde que o homem começou a viver em sociedade sempre existiu relações entre eles, seja relação familiar ou relação de troca. A evolução tecnológica que o mundo tem vivenciado a cada dia, também tem influenciado a reconfiguração social, provocando a sociedade e as organizações a experimentar novas dinâmicas, nessa ótica iremos debater sobre os conceitos e as estruturas das redes.

Os primeiros estudos sobre as redes sociais aconteceram nas escolas da sociologia, da antropologia e da teoria dos papéis (TICHY, TUSHMAN e FOMBRUM, 1979). Powell e Smith-Doerr (1994), alegam que as redes têm sido estudadas desde 1970, com a finalidade de entender como as pessoas estão conectadas entre si numa perspectiva social. A perspectiva econômica veio a ser levantada a partir dos estudos de Oliver Williamson, sobre os custos de

transação aplicada às organizações. O amplo uso de redes sociais trouxe vantagens e desvantagens segundo (CALMON e COSTA, 2013, p.3),

destaca-se a aceitação, quase um consenso, de que estamos constantemente “conectados” a uma estrutura maior e mais complexa. Por outro lado, como desvantagem, a palavra “redes” passou a ser utilizada com pouco rigor, com diferentes sentidos, estabelecendo uma verdadeira panaceia.

Powell e Smith-Doerr (1994), entendem que é possível identificar duas abordagens distintas, mas que de certa forma se relacionam, isto falando dos estudos das “redes”. A primeira abordagem fundamenta-se na sociologia e na teoria das organizações, nessa abordagem, o conceito de redes é aplicado como ferramenta analítica para compreender as relações sociais nas organizações, nas relações interorganizacionais e nas relações com o ambiente externo a ela. Já a segunda abordagem possui caráter multidisciplinar, com influência da economia, políticas públicas e Administração pública, essa vertente entende as redes como forma de governança aplicável na gestão de sistemas complexos (POWELL e SMITH, 1994).

Mas afinal o que é rede? São nós agrupados com suas representações de relacionamento, nesse caso específico os nós são as três ilhas que compõem o complexo Uruk e as instituições que se relacionam com elas, no caso ONG *Tiniguena*. No entender de Newman, Barabasi e Watts (2011), as redes são um conjunto de elementos somados ao conjunto de conexões que os interligam. Isto leva-nos a entender que a formação de uma rede pode envolver pessoas físicas (redes sociais) ou jurídicas (rede organizacionais). Sendo assim, este estudo será direcionado a perspectiva de análise social, tendo a rede social como um conjunto de atores sociais ligados por laços capazes de ser representados de diversas formas (RIVERA, SODERSTROM e UZZI, 2010).

A rede social pode ser definida como ciclos sociais que se relacionam com outras, essa relação pode ser direta ou indireta por meio de diferentes segmentos. Estes ciclos sociais podem ser grupos informais de indivíduos ou organizações formais (empresas ou países) e a interação entre essas pode acontecer de diversas formas (MERKLÉ, 2004). Silva e Zanata Júnior (2012), reforçam este conceito ao afirmar que a rede social é um conjunto de atores formado por indivíduos, empresas, organizações ou nações que apresentam uma determinada relação entre si. Sluzki (1997, p. 41) define uma rede social como “a soma de todas as relações que um indivíduo percebe como significativas, ou define como diferenciadas da massa anônima da sociedade”. As redes sociais são sistemas abertos em constante evolução/construção de uma forma coletiva ou individual que usa como elementos as relações dos indivíduos como fonte de

reconhecimento, de sentimento, de identidade, do ser, da competência e da ação (MENESES e SARRIERA, 2005). Quanto à tipologia das redes, Kadushin (2012), aponta três tipos de rede:

1. As redes egocêntricas: conectadas a um único indivíduo ou nó.
2. As redes sociocêntricas: estas são mais fechadas em um determinado contexto, deixando a sua conexão mais limitada.
3. As redes de sistemas aberto: conexões entres os nós são ilimitadas.

Redes como ferramenta analítica, existem várias abordagens sobre o uso de redes como ferramenta analítica uma delas é:

associada aos trabalhos de uma corrente especial da psicologia conhecida como “Gestalt”. Segundo essa abordagem, indivíduos não percebem os objetos que os cercam de forma independente, mas sim a partir de esquemas conceituais construídos socialmente. (CALMON e COSTA, 2013, p. 4).

Essa vertente tem como um dos pioneiros Jacob Moreno. A abordagem dele buscava compreender como o bem-estar do indivíduo é influenciado por macroestruturas sociais, nesse estudo ele tentou representar as macroestruturas de relacionamento por meio de sociogramas. Um outro estudo importante é o estudo conhecido como “Experimentos de *Hawthorne*” responsável por inserir o conceito de redes como estratégia analítica para o exame da dinâmica organizacional (CALMON e COSTA, 2013). O conceito de redes expressa significativamente a sua contribuição nos estudos em que foi aplicado como ferramenta analítica. Desde então, surgiram diversos estudos com abordagem analítica das redes em diferentes áreas, sobretudo nas ciências sociais.

Os debates sobre o uso de redes sociais como ferramenta analítica, nas ciências sociais ainda é muito questionado porque “os padrões de relação de diversas situações sociais apresentam complexidade tão elevada que não podem ser analisados satisfatoriamente por meio de narrativas que explorem metaforicamente as redes” (MARQUES, 2007, p. 58). Isso não significa que o uso metafórico de redes sociais para analisar certas situações sociais seja inadequado. Meneses & Sarriera (2005) afirmam que o foco principal na análise das redes sociais, não é exatamente o comportamento nem o estado de um indivíduo, grupo, organização ou comunidade, mas na verdade o foco é a interação e a inter-relação dos nós da rede. Os autores como Marin e Wellman (2011), reforçam essa ideia dizendo que a análise de redes sociais se fundamenta nas relações e nos padrões que surgem a partir da vida social dos indivíduos. De acordo com Meneses & Sarriera (2005), existem dois grandes focos de estudo das redes sociais, sendo o primeiro é evidenciar o aspecto estrutural das redes (caráter quantitativo, metodológico

e gráfico). O segundo pauta pelas funcionalidades das redes sociais (as análises acontecem através de metodologia qualitativa).

Os métodos quantitativos e qualitativos podem ser importantes na análise das redes, só que existe uma observação Wasserman e Faust (1994), que apontam a diferença no foco de cada método. Eles entendem que o procedimento de análise nas ciências sociais difere com os procedimentos de análise estatístico ou análise tradicional de dados. Isto tem a ver com abrangência que os estudos das redes sociais têm tido ao longo do tempo, fato que atraiu pesquisadores de várias áreas de conhecimento, o que acabou por provocar o surgimento de múltiplos estudos, modelos e análises que revelam aspectos associadas a uma área de conhecimento. No caso da Guiné-Bissau, não existem ainda estudos nas áreas sociais que aplicaram o conceito de redes sociais como ferramenta analítica. Nesse estudo, o conceito de rede é usado como metáfora para ilustrar a relação entre os atores que integram o processo de implementação de políticas públicas nas ilhas de Urok. Considerando que as relações sociais se encontram presentes no meio organizacional assim como nas relações de transação pura (GRANOVETTER, 2007). Por isso o nosso posicionamento sobre as categorias confiança, comportamento e cooperação serão evidenciadas dentro de um contexto de relação interorganizacional e com base na consciência da ação coletiva.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa desenvolvida neste trabalho pode ser classificada como exploratória e descritiva, utilizando abordagem qualitativa. Creswell (2010), afirma que a pesquisa qualitativa consiste em explorar e entender os significados que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social. Ao considerar a pesquisa a ser desenvolvida neste trabalho como exploratória, entende-se que o objetivo principal é esclarecer, modificar conceitos e ideias, para então avançar com a formulação de problemas mais precisos com abordagens mais amplas (GIL, 1999). De forma semelhante a Zikmund (2000), entende que os estudos exploratórios são úteis para diagnosticar situações e explorar alternativas.

Essa pesquisa busca descrever fenômenos ou situações em detalhes, especialmente os que estão ocorrendo, permitindo abranger todas as características de um indivíduo ou de um grupo e também desvendar as relações entre os eventos (SELLTIZ et al., 1965). Nesta pesquisa, estas abordagens irão contribuir na identificação dos fatores motivacionais da criação da Área Marinha Protegida Urok (AMPC-Urok), bem como entender o processo de formulação e execução de políticas públicas, principalmente as do cunho ambiental, pelos conselhos comunitários. Com isto, a pesquisa deve possibilitar uma possível aplicação do modelo de gestão Urok em outras áreas de proteção ambiental espalhadas na Guiné-Bissau. O método adotado nessa pesquisa (Grupo Focal), nos possibilita reunir informações detalhadas sobre os assuntos em questão. Segundo Gaskell (2002), os encontros do Grupo Focal, asseguram um debate aberto e acessível em torno de temas de interesse comum.

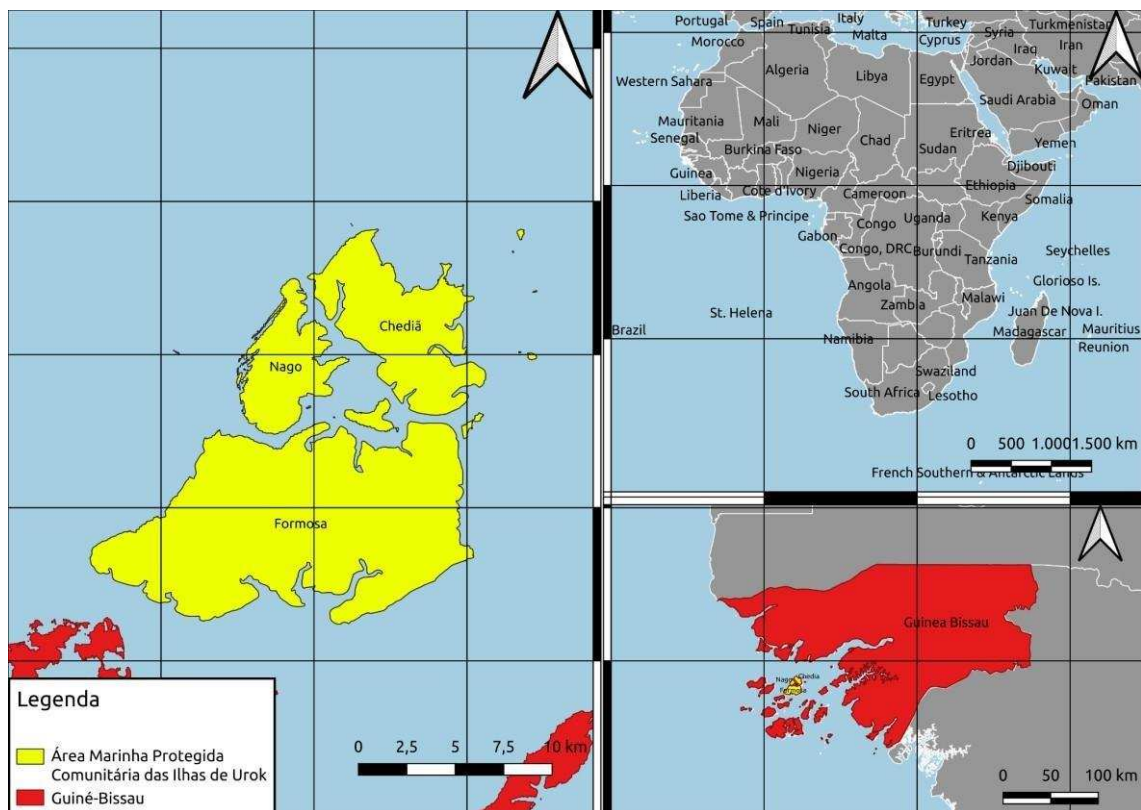
3.1 Caracterização e delimitação do universo de pesquisa

As Ilhas Urok são um complexo formado por três ilhas (Formosa, Nago, Chediã), todas habitadas. Urok é parte da região de Bolama-Bijagós, também conhecida como arquipélagos dos Bijagós, é uma região constituída por 88 ilhas e ilhéus e abrange uma área de cerca de 10.000 km² (IBAP, 2007). As ilhas Urok possuem uma superfície de 545 km² dos quais 147 Km² de meios terrestres, 66 Km² de mangal, 203 Km² de zonas intertidais vasosas e 8 Km² de canais profundos. As ilhas de Urok, contam com uma população de 3080 habitantes distribuídos em 33 aldeias.

Devido a necessidade de delimitar o universo da amostra, além das limitações de tempo e recursos financeiros e humanos, optamos por focar no conselho da gestão e nos beneficiários

diretos do conselho. Os critérios de seleção da amostra foram: estar ligado ao conselho da gestão da Ilha (ser membro), ser morador de uma das ilhas pertencentes ao complexo de Urok. A ONG *Tiniguena* foi a ponte facilitadora para o acesso a essas pessoas. A *Tiniguena* é uma organização não governamental que atua na sociedade guineense desde 1991. Seu objetivo enquanto organização, é “contribuir para a apropriação, gestão durável e valorização dos recursos e saberes da biodiversidade pelos atores sociais, a nível local e nacional, visando a soberania alimentar em benefício das gerações presentes e futuras” (TINIGUENA, 1994).

Figura 2 — Mapa de Guiné-Bissau com destaque dos Arquipélagos



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

3.2 Delineamento Metodológico: coleta de dados e métodos utilizados

Para atingir os objetivos propostos por esta pesquisa, inicialmente, foram coletados dados por meio da pesquisa bibliográfica, que, segundo Vergara (2000), são desenvolvidas a partir de material já elaborado (livros, artigos científicos, teses...) com finalidade de explicar ou analisar as contribuições científicas ou culturais de um determinado assunto. Deste modo, o presente estudo baseou-se, inicialmente, em um estudo bibliográfico, cujo objetivo é o de fazer

o levantamento histórico sobre o processo de implementação de políticas de proteção ambiental nas ilhas de Urok, Guiné-Bissau.

Além disso, foram utilizados dados secundários. A sua coleta foi realizada em encontros do Grupo Focal conduzido pela ONG *Tiniguena*, tendo como integrantes do conselho comunitário das ilhas de Urok. No encontro do Grupo Focal houve participação de 8 (oito) membros do conselho comunitário. Mediante a realização dos encontros, foram debatidas questões sobre o processo de implementação de políticas de proteção ambiental nas ilhas de Urok.

Para alguns autores como Barbour (2009), qualquer discussão realizada em grupo pode ser considerada Grupo Focal, desde que o pesquisador esteja atento e interagindo com o grupo, encorajando os participantes a discutir entre si sobre o assunto em questão. De acordo com Gatti (2005, p. 7) “um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é o objeto de pesquisa, a partir de sua experiência pessoal”. Para a dinâmica de coleta de dados, foram realizados 2 (três) encontros de Grupo Focal, com participação de 8 (oito) integrantes do conselho comunitário. O quadro 1, apresenta lista dos documentos analisadas durante a pesquisa e o quadro 2, apresenta o delineamento metodológico.

Quadro 1 — Lista dos documentos analisados.

| Tipo | Documento | Referência |
|-------------------|----------------------------------|-------------------|
| Plano de gestão | 1º Plano de gestão Urok | PdG-UROK (2003) |
| Plano Estratégico | 6º Plano Estratégico Tiniguena | TINIGUENA (2013) |
| Decreto | Decreto-Urok | Decreto nº 8/2005 |
| Regulamento | Regulamento Interno da AMPC-UROK | UROK (2009) |
| Plano de gestão | 2º Plano de gestão Urok | PdG-UROK (2014) |

Fonte: Elaboração própria (2020)

Quadro 2 — Delineamento metodológico

| Objetivo Geral | Objetivos Específicos | Abordagem | Fonte dos Dados | Método |
|--|---|-------------|-----------------|-------------|
| # Analisar o papel da população local na gestão pública e na execução dos programas de proteção ambiental nas ilhas de Urok. | # Caracterizar os grupos comunitários quanto ao perfil dos integrantes na gestão, bem como mapear a localização dos integrantes da gestão das áreas protegidas. | Qualitativa | Secundários | Grupo Focal |
| | # Descrever o processo de formulação e execução de políticas públicas, principalmente as do cunho ambiental, pelos conselhos comunitários. # Verificar a percepção dos grupos comunitários quanto à proteção ambiental das ilhas. # Identificar qual das ilhas detém o maior poder de decisão | | | Grupo Focal |

Fonte: Elaboração própria (2020).

O quadro 2, acima, demonstra o escopo metodológica da pesquisa. A seção seguinte trata-se de análise e tratamento de dados extraídos nos encontros do Grupo Focal.

3.3 Análise e tratamento dos dados

A análise dos dados é uma das fases mais importante de qualquer pesquisa, porque é através dela que os resultados serão revelados (MARCONI & LAKATOS, 1996). Existem várias técnicas de análise de dados que podem ser aplicadas nas pesquisas qualitativas. Deste modo, a técnica de análise de dados a ser aplicada nesta pesquisa será a análise de conteúdo.

A análise de conteúdo trata-se de um conjunto de técnicas de análise de comunicações cujo objetivo é extrair conteúdos por trás das mensagens analisadas (BARDIN, 1977). A análise de conteúdo reúne um conjunto de instrumentos metodológicos capazes de analisar diferentes fontes de conteúdo, ou seja, conteúdos provenientes de fontes verbais e fontes não-verbais (FREITAS, CUNHA, & MOSCAROLA, 1997).

No que tange a parte operacional, vai-se adotar o processo de análise proposto por Bardin (2009), segundo as três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Essas fases são apresentadas no quadro 3.

Quadro 3 — processo de análise de conteúdo.

| | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Pré-análise | <p>Organização e leitura flutuante do material coletado; Escolha dos documentos: consiste na definição do corpus de análise; Formulação das hipóteses e objetivos: a partir da leitura inicial dos dados; Elaboração de indicadores: a fim de interpretar o material coletado;</p> |
| <ul style="list-style-type: none"> • Exploração do material | <p>codificação e categorização</p> |
| <ul style="list-style-type: none"> • Tratamento dos resultados, inferência e interpretação | <p>Leitura geral do material coletado (encontros do grupo focal e documentos); Codificação para formulação de categorias de análise;</p> |

Fonte: Bardin (2009). Adaptado pelo autor.

Análise e tratamento de dados foram realizados em 3 três etapas: todos os textos foram lidos com o objetivo de fazer recorte do material e separá-las em categorias, em seguida foram feitas análise de conteúdo para mapear os atores envolvidos na gestão e na execução dos programas de proteção ambiental nas ilhas de Urok. Por último, análise do material extraído do Grupo Focal para compreender o processo de formulação e execução de políticas públicas, principalmente as do cunho ambiental, pelos conselhos comunitários. Nessa etapa, as gravações foram ouvidas e transcritas com intenção de ter o painel geral de todas as respostas e as informações obtidas nos encontros de Grupo Focal, nesse caso aplicamos o método de análise de repetição e agrupamento de conteúdos de Bardin.

3.4 Momentos da pesquisa de campo

Pesquisa de campo demanda muito trabalho e paciência devido às diferenças sociais e culturais que o pesquisador pode encontrar no campo. Essas diferenças às vezes transformam em barreiras na inserção do pesquisador no campo.

No nosso caso (eu e Sanhá João Correia), tivemos facilidade na inserção devido aos contatos previamente estabelecidos. Antes da nossa ida a campo tínhamos estabelecido contatos com atores influentes na comunidade Urok. estes serviram de ponte para nossa inserção.

A nossa primeira viagem ou melhor o nosso primeiro momento do campo ocorreu de forma exploratória no período de 13 a 23 de novembro de 2020. O propósito dessa viagem era conhecer a comunidade Urok e as suas estruturas, e, também, estabelecer contatos com atores envolvidos no processo de gestão do complexo Urok. Esses contatos foram importantes em todos os momentos da pesquisa.

No primeiro dia da nossa atuação no campo, realizamos a visita à sede da ONG *Tiniguena* e a sede da Área Marinha Protegida Comunitária Urok (AMPC-Urok). com a visita a essas duas infraestruturas e a partir das conversas informais com os funcionários e colaboradores, foi possível identificar alguns atores que poderiam contribuir para o êxito da pesquisa. Logo no segundo dia de atuação, efetuamos viagem para Botai- ilha de Maio, na qual fomos acompanhados por um funcionário da *Tiniguena*, durante a viagem, este funcionário nos apresentou as estruturas e os lugares de atuação da ONG e da comunidade (escolas, campos de produção agrícola). No final das visitas, presenciamos o encontro das mulheres agricultoras. No dia seguinte, tivemos que voltar para ilha de Formosa onde se encontra a sede da AMPC- Urok e a nossa residência. Nos dias restantes antes do nosso retorno a Bissau, capital da Guiné- Bissau, dedicamos em mapear os atores envolvidos na estrutura de gestão Urok, indo ao encontro destes.

O segundo momento de campo ocorreu entre os dias 10 a 21 de dezembro de 2020, no complexo Urok e na ilha de Bubaque. Esse momento nos possibilitou a estruturar e organizar os encontros do Grupo Focal e também a nossa participação na assembleia da reserva em Bubaque.

Durante essa segunda ida a campo, foram realizados encontros separados com as pessoas selecionadas para participar nos encontros do Grupo Focal com objetivo de explicar aos participantes o propósito da pesquisa. Após os encontros separados (encontros onde lançamos os convites para participação do Grupo Focal), fomos convidados a participar na assembleia da reserva em Bubaque. A assembleia da reserva nos permitiu entender de forma

mais ampla as dinâmicas e os conflitos existentes nas questões de conservação na região de Bolama-bijagós.

Com o término da assembleia, regressamos à ilha de Formosa para dar continuidade às atividades programadas (encontros de Grupo Focal). O primeiro encontro de grupo focal não teve tanta aderência devido às indisponibilidades de alguns atores, mas não deixou de acontecer. Já no segundo encontro do Grupo Focal a aderência foi maior e foi mais produtivo, nele foi possível consolidar e complementar as ideias.

Por fim, os dois momentos do Grupo Focal foram gravados em forma de áudio e vídeo. Porém, os encontros do Grupo Focal são da autoria da ONG *Tiniguena*. Só que o planejamento e aplicação do roteiro da discussão ficou ao nosso cargo. Isto significa que os dados coletados são da propriedade da ONG.

4 A ÁREA MARINHA PROTEGIDA COMUNITÁRIA UROK (AMPC-UROK): ENQUADRAMENTO E CARACTERIZAÇÃO GERAL

4.1 Enquadramento Geral

Historicamente, o processo de criação da Área Marinha Protegida Comunitária Urok (AMPC-UROK), está associada ao contato estabelecido entre *Tiniguena* e a população local, no ato da inauguração da Casa do Ambiente e Cultura Bolama- Bijagós na ilha de Bubaque em 1993. A cerimônia de inauguração contava com a presença dos representantes de várias ilhas do arquipélago dos bijagós.

representantes das autoridades tradicionais da ilha Formosa exprimiram a sua vontade de estabelecer uma parceria no intuito de melhorar as condições de vida das suas comunidades, assim como proteger o seu espaço e os seus recursos costeiros e marinhos da exploração abusiva de novos utilizadores vindo do continente e da sub-região (PLANO DE GESTÃO UROK, 2014, p. 7).

Após o primeiro encontro seguiram-se muitos outros que de forma progressiva permitiu o desenvolvimento de relações de amizade e de parceria e posteriormente o lançamento das bases da criação da Área Marinha Protegida Comunitária Urok (AMPC- UROK). De outro modo, diz-se, também que existe uma forte ligação entre processo da consolidação da Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama-Bijagó e a criação da AMPC-UROK, porque no processo de demarcação da área da Reserva da Biosfera, algumas zonas são consideradas áreas de maior fragilidade (chamadas de Zona Central), estas são zonas com maiores restrições e o complexo de Urok é uma das zonas demarcadas como zona central (SAID e ABREU, 2011).

O interessante é que o pedido das autoridades tradicionais chamou atenção da ONG *Tiniguena* em acrescer suas ações e ampliar os eixos de atuação no país, sobretudo na região insular, com o intuito de poder “testar um modelo de desenvolvimento baseado na apropriação e valorização dos espaços e recursos pelas comunidades locais e sua participação na sua conservação em seu benefício e do país para as gerações presentes e futuras” (TINIGUENA, 2009).

Depois das autoridades tradicionais das ilhas de Urok terem solicitado o apoio da ONG *Tiniguena*, na inauguração da Casa Ambiente em Bubaque, meses depois uma equipe da *Tiniguena* foi enviada para as ilhas com o objetivo de constatar as reais necessidades evocadas pelas autoridades tradicionais da ilha de Urok.

Com efeito, na primeira visita de contato, constatou-se as grandes dificuldades enfrentadas pelos residentes. Apenas no domínio da saúde se sentia a presença da administração central, através de um Centro de Saúde construído na tabanca de Abú pela ONG italiana Mani Tese e um enfermeiro colocado pelo Ministério da Saúde, para cobertura sanitária às ilhas que integram o sector de Caravela, Formosa inclusive (PLANO DE GESTÃO UROK, 2004, p. 18).

Durante a visita da equipe da *Tiniguena*, foram feitos levantamentos das reais necessidades/ dificuldades enfrentadas pelos residentes da ilha de Formosa (uma das ilhas do complexo Urok). Com o levantamento feito, algumas necessidades foram taxadas como urgentes. Assim, a ONG *Tiniguena* decidiu acionar os seus parceiros financeiros para atender algumas demandas, por exemplo, na horticultura; na pesca; no artesanato; no setor de saúde e na educação.

Em novembro de 1993, um grupo de 24 mulheres da tabanca de Abú iniciaria o 1º campo hortícola com o apoio da *Tiniguena* e, durante 3 anos, esta seria a única atividade da ONG em Formosa, que, entretanto, se foi estendendo a 4 outras tabancas, abrangendo, no total, uma centena de mulheres. Os objetivos visados eram: melhoria do rendimento económico das beneficiárias e da dieta alimentar dos residentes, apoio à organização das mulheres e reforço dos laços de solidariedade entre elas (PLANO DE GESTÃO UROK, 2004, p. 18).

As ações da *Tiniguena* em Formosa começaram a gerar efeitos na população residente e a presença dela também deu facilidade em identificar melhor os problemas da ilha. Segundo a organização,

Havia 4 a 6 meses de carência do cereal de base (arroz), ao qual as populações residentes chamam época de “fome”. Assim, em inícios de 1996, arrancou o projeto de banco de cereal, que se traduziu na construção e equipamento de uma loja comunitária em Abú {Formosa}, gerida por um agrupamento de mulheres, para venda de arroz e outros produtos de primeira necessidade. Em 1997, foi instalada ao lado uma prensa de óleo gerida por um outro grupo de mulheres, visando a valorização deste produto, abundante nas ilhas (PLANO DE GESTÃO UROK, 2004, p. 18).

Até então as ações da *Tiniguena* se restringiam em Formosa, como se pode notar, os trabalhos e os apoios sempre focaram nas mulheres locais. Com o passar do tempo, a *Tiniguena* ampliou o campo de atuação incluindo as ilhas de Nago e Chediã por conta da carência das duas ilhas. Por outro lado, existia um alto grau de denúncia² de uso abusivo dos recursos haliêuticos nas três ilhas (Formosa, Nago e Chediã) que de momento não gozam do estatuto da Área marinha Protegida (AMP). A transformação do complexo de Urok em Área marinha Protegida (AMP) foi motivada pela população residente nas três ilhas. Inconformados com o uso

² Depoimentos da população sobre o uso desenfreado dos recursos haliêuticos nas ilhas Urok.

desenfreado dos recursos do complexo Urok e o desprezo às práticas socioculturais do povo bijagós, que tem como preceito o (uso consciente das suas riquezas naturais).

Para resgatar esses valores, as autoridades tradicionais das três ilhas foram pedir o auxílio da ONG *Tiniguena* que, por sua vez, uniu os grupos das três ilhas e propôs a necessidade de transformar a zona numa Área Marinha Protegida Comunitária de Urok.

Em resumo, o processo da criação da AMPC-Urok ancorou-se numa narrativa que tenta resgatar e utilizar regras tradicionais de acesso e utilização dos espaços e recursos naturais do povo bijagós. Essa narrativa do povo bijagó reforçou a intenção da ONG *Tiniguena* em adotar o conceito do “desenvolvimento sustentável”³ e avançar com a elaboração de um plano de gestão que resgate e valorize as práticas tradicionais das comunidades residentes. Para isso, foi necessário a participação da sociedade Urok na elaboração do referido plano de gestão, que posteriormente, veio a ser aprovado em simultâneo com o decreto de criação da AMPC-Urok pelo governo central de Guiné- Bissau em 2005.

O decreto (Anexo A) institui a AMPC-Urok, um modelo diferenciado de gestão em relação às outras áreas de conservação porque ela é criada com base numa gestão participativa/compartilhada, que envolve a ONG *Tiniguena*, o governo e a sociedade de Urok de acordo com o artigo 9º do decreto n.9º/2005. Enquanto que nas outras áreas de conservação não houve mobilização popular no processo de criação delas e não está tendo participação efetiva da população na regulamentação dessas áreas de conservação. No caso da AMPC- Urok, o decreto da sua criação define as estruturas de gestão e evidencia a participação social no processo decisório, como por exemplo, a fiscalização da AMPC-Urok. o artigo 7º do decreto n. 9º/2005, aponta que “a atividade da fiscalização no território da AMPC das ilhas Urok baseia-se nos princípios da co-gestão e da responsabilização das populações. É exercida pelo comité de gestão em colaboração com os residentes e com o apoio da Administração de setor” talvez, entenda-se que, impor controle rigoroso nos recursos de acesso comum pode prejudicar o desenvolvimento dessa área. Uma vez adotado o modelo de gestão participativo ou cogestão que na literatura refere-se à tomada de decisão conjunta de grupos de interesse, ou seja, é uma “situação de partilha de responsabilidades numa perspectiva de inclusão na qual vários atores por meio de negociações estabelecem um regime de partilha equitativa das funções de gestão,

³ O desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações (WWF Brasil).

O conceito surgiu, em 1983, criado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas (ONU).

direitos e responsabilidades para um determinado território ou conjunto de recursos naturais” (DELCANO, 2019, p. 89).

No caso da AMPC-Urok, pode-se constatar uma relação tridimensional entre a ONG *Tiniguena*, IBAP e a sociedade Urok. Nessa relação tridimensional, a ONG *Tiniguena* leva vantagens em termos de protagonismo. O próprio Instituto das Biodiversidades e das Áreas Protegidas (IBAP), que é uma estrutura do governo central da Guiné-Bissau encarregada de gerir e promover conhecimentos sobre a filosofia de conservação da biodiversidade no país, não tem uma presença ativa na sociedade Urok como a *Tiniguena*. No olhar de Delcano (2019, p. 91), “a presença do IBAP se manifesta mais no apoio à fiscalização e apreensão dos materiais proibidos pelas regras preestabelecidas de preservação/conservação que a estrutura de Comité de Gestão efetua mensalmente nos mares das ilhas Urok”.

De outro modo, Delcano (2019) entende que, a ideia de cogestão adotada no primeiro plano de gestão de Urok, atribuiu às comunidades residentes o direito de governação do seu espaço o que lhes tem permitido salvaguardar recursos estratégicos para sua segurança alimentar, econômica e cultural. Nesse sentido, optamos por trazer na seção seguinte as características da AMPC-Urok para melhor entender as dinâmicas econômicas, sociais e culturais. O quadro 4, apresenta em resumo as ações da *Tiniguena* em Urok.

Quadro 4 — Etapas do processo de concertação (1998-2005).

| Ano | Ações |
|------|--|
| 1998 | Início do projeto, sob o princípio de desenvolvimento ao serviço da conservação e conservação ao serviço do desenvolvimento. |
| 2000 | - Manifestação, pela população bijagó de Formosa, de problemas ligados à gestão dos recursos naturais; reflexão conjunta sobre a natureza dos problemas e suas origens. - Constatação da perda progressiva da força coerciva ⁴ do sistema de gestão tradicional e do abandono de certas regras de gestão. |
| 2001 | Contacto entre as populações das três ilhas, a partir de missões de animação e debate, tomada de decisão consensual para conduzir uma reflexão conjunta. Recolha das opiniões dos líderes e das pessoas mais dinâmicas sobre a gestão e a utilização dos recursos costeiros, documentação dos problemas identificados e das práticas de pesca nefastas. Constituição do primeiro Comité de Gestão da ilha de Formosa, com representantes das tabancas de Abu, Acoco, Acuno, Panjia e Ancadaque; |
| 2002 | Criação e primeira reunião das três Assembleias Insulares, Formosa, Nago e Chediã; Síntese das propostas de regras saídas das discussões tidas nas tabancas e preparação de propostas a discutir ao nível das ilhas Urok; acompanhamento e registo pela equipe de terreno da <i>Tiniguena</i> . Criação e primeira reunião da Assembleia Geral Urok; debate à volta das propostas e decisão de implementação de uma primeira série de regras de gestão, incluindo o abandono de certas práticas de pesca não duráveis como tadjia rio ou ainda a utilização de redes de nylon ou monofilamento. |

⁴ A Força coercitiva neste caso, é o poder que as entidades tradicionais possuem para impor o cumprimento das regras.

| Ano | Ações |
|------|--|
| 2003 | Segundas assembleias insulares e Assembleia geral Urok. Definição de um zoneamento do território Urok e afinação das regras de acesso e uso. Início da redacção do Plano de Gestão sob a iniciativa da Tiniguena e da FIBA, com apoio do Gabinete de Planificação Costeira, da Reserva de biosfera do Arquipélago Bolama-Bijagós e dos parceiros internacionais. Realização, no fim do ano, de uma AG Urok extraordinária para a validação definitiva pelos representantes das comunidades residentes da proposta de zoneamento, das regras de acesso aos recursos, assim como dos papéis e responsabilidades dos diferentes actores no sistema de gestão proposto. Finalização e apresentação do documento do Plano de Gestão às autoridades estatais competentes. |
| 2005 | Aprovação do plano de gestão e do decreto de criação da AMPC-Urok |

Fonte: Plano de gestão Urok.

4.2 Caracterização da AMPC-Urok

Após a contextualização do complexo Urok vê-se a necessidade de abordar as questões económicas e socioculturais do complexo Urok (AMPC-Urok) para isso é necessário conhecer a localização geográfica do complexo para melhor entender a dinâmica socioeconómica e cultural, isso, porque a sua localização geográfica influencia em certos aspectos, por exemplo na economia.

A localização geográfica influencia negativamente o desenvolvimento económico de Urok devido as dificuldades de acesso, isto é, não existe um meio de transporte, sobre tudo transporte de cargas com capacidade de atender as demandas, por exemplo no comércio (importação e exportação de produtos). Existe uma enorme dificuldade de abastecimento do mercado local, visto que os portos das ilhas Urok não se encontram em condições de acomodar certos transportes marítimos no caso transportes de grande e médio porte. Mas mesmo com as dificuldades de acesso, algumas famílias, alguns comerciantes, alguns produtores rurais e pescadores conseguem, de certa forma, manter suas atividades económicas.

A AMPC-Urok, localiza-se na parte setentrional do Arquipélago Bolama-Bijagós. Na extremidade nordeste da AMPC-Urok, encontra-se as Coroas de Papagaio e de Formosa, as quais são recortadas por diversos canais profundos e na extremidade sudeste pode-se encontrar o prolongamento do canal de Formosa, já na parte sul encontra-se as ilhas de Edana e Enu separados por um canal não denominado e na zona oeste e nordeste da AMPC-Urok, encontra-se a ilha de Carache (SAID e ABREU, 2011). De forma resumida, o complexo de Urok, é um conjunto de três ilhas (Formosa, Nago e Chediã) e ilhéus (Acôco e Quai) separados pelo canal do Meio e suas diversas ramificações que durante o período de maré-baixa alguns destes ilhéus e ilhas ficam ligados entre si.

Aspectos demográficos da AMPC-Urok, os estudos do Instituto Nacional de Estatística e Censo (INEC) apontam que nos diversos setores administrativos da Região Bolama-Bijagós, setor de Caravela é o que contém o menor número de habitantes (4.263 habitantes), destes, 2.928 mil residem no complexo Urok. Divididos por sexo: 1.471 sexo masculino e 1.457 sexo feminino, a maior parte dos habitantes do complexo Urok, residem na ilha de Formosa (1.873 habitantes) enquanto que Chediã (436 habitantes) e Nago (619 habitantes) comportam números menores de habitante. Mas existe um número considerável da população não residente originários do continente que migram temporariamente para o complexo de Urok a fim de explorarem os recursos naturais de Urok. Esses dados demográficos são dados extraídos do último censo populacional na Guiné-Bissau (2009) até então esses dados não foram atualizados devido à falta de recursos e a instabilidade política em 2019. Mas esse número deve ser maior nos dias de hoje, pela nossa experiência de campo é perceptível que o crescimento populacional no complexo Urok.

Trata-se principalmente de papéis originários da margem norte do Rio Geba e que emigram para as ilhas Urok por ocasião de campanhas de exploração de certos recursos naturais como a palha, o óleo de palma ou os moluscos. Não obstante estes movimentos migratórios, é de notar que a população residente de Nago é maioritariamente Papel, tal como a de Chediã que é maioritariamente Nyominka região (PLANO DE GESTÃO UROK, 2014, p. 7).

A citação acima nos faz entender que o número população residente em Urok aumentou devido a fixação de residências dos imigrantes do continente, mas ainda existe uma vasta parcela do território não habitada. Estes espaços não habitados são apenas espaços de uso temporário para prática da orizicultura ou para a realização de cerimónias religiosas tradicionais (PLANO DE GESTÃO UROK, 2014).

No que se refere às questões socioeconômicos e culturais da AMPC-Urok, Said e Abreu (2011) entendem que, no contexto específico de Urok, as estruturas socioculturais e econômicas se encontram em articulação próxima e inseparável. Isto porque as atividades produtivas são enquadradas de forma rigorosa por um conjunto de normas tradicionais que se reveste de significação sagrado-religiosa e que têm permitido assegurar a manutenção de equilíbrios ecológicos e sociais dinâmicos (SAID e ABREU, 2011). Isto indica que as atividades econômicas estão fortemente ligadas à tradição do povo bijagós.

No contexto atual, da nova lógica econômica ou da globalização no geral, isto é, as transformações sociais e tecnológica que o mundo enfrenta e comparando as com os sistemas de produção tradicional e a lógica econômica da sociedade de Urok, onde “a conjugação de

atividades económicas pouco especializadas e um sistema de solidariedade coletiva é pouco propícia ao desenvolvimento de uma economia de mercado produtivista e competitiva” (PLANO DE GESTÃO UROK, 2014, p. 20-21). Percebe-se que o sistema tradicional da sociedade Urok, sofreu uma rápida evolução desestabilizadora, e, nota-se também o despreparo da sociedade em absorver as influências externas. Isto porque a sociedade de Urok ainda é uma sociedade pouco aberta ao mundo em consequência das más condições do próprio país em si e do isolamento das ilhas. Mas com a entrada das ONGs e outros agentes em Urok, facilitou o intercâmbio entre a sociedade de Urok e o mundo, caso do conselho de gestão Urok, uma entidade que preserva a tradição e bebe um pouco da modernidade que o mundo oferece. Lembremos que, antes dos conselhos de gestão, a população de Urok ou melhor os bijagós no geral vivem sob autoridade tradicional dos anciões dirigida por um régulo (dono da aldeia). Nas aldeias existe uma organização baseada na classe etária e cada classe etária corresponde a um estatuto, direito e obrigações bem definidos, por exemplo, nos trabalhos comunitários, os indivíduos pertencentes a classe etária mais jovem prestam serviços e devem obrigações aos mais velhos. No que se refere à produção regional, diz-se que

os agregados familiares são essencialmente autónomos ao nível da produção, possuindo os seus próprios terrenos de cultivo, plantações e bolanhas. Em certos casos, porém, os terrenos são detidos coletivamente pela djorson ou clã – unidade mais ampla que reúne um conjunto de agregados unidos por laços de parentesco (SAID E ABREU, 2011, p. 27).

A principal atividade da população residente da AMPC-Urok é a agricultura. O cultivo do arroz (base da alimentação da população de Urok), da mandioca, do feijão, da batata e do amendoim são cotadas como atividades económicas e de subsistência mais acessíveis e frequentes na AMPC-Urok. O cultivo do caju vem ganhando cada vez mais espaço porque extrai-se diversos produtos associados ao caju, por exemplo a castanha do caju que em determinada época do ano valoriza no mercado por causa dos compradores estrangeiros. Devido ao alto rendimento que se pode obter com a comercialização da castanha fez com que várias famílias optarem por cultivá-lo. Por outro lado, não existe apoio de desenvolvimento das atividades produtivas por parte das entidades públicas e do setor empresarial privado, que se limita simplesmente ao pequeno comércio. Essas lacunas deixadas pelo Estado guineense acabaram por ser ocupadas pelas ONGs e outras organizações de interesse. Neste caso, a *Tiniguena* e o conselho de gestão Urok a gestão pública da ilha. Um exemplo da intervenção da *Tiniguena* na agricultura é a criação do banco de sementes facilitando os agricultores na aquisição e na diversificação da produção agrícola.

Figura 3 — Feixes de arroz.



Fonte: Acervo do autor (2020).

Figura 4 — Colheita Comunitária em Botai.



Fonte: do autor (2020)

Figura 5 — Assembleia da reserva – Bubaque.



Fonte: Acervo do autor (2020).

5 ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO DA ÁREA MARINHA PROTEGIDA COMUNITÁRIA UROK (AMPC-UROK): ASSEMBLEIAS, COMITÊS E CONSELHOS DE GESTÃO UROK.

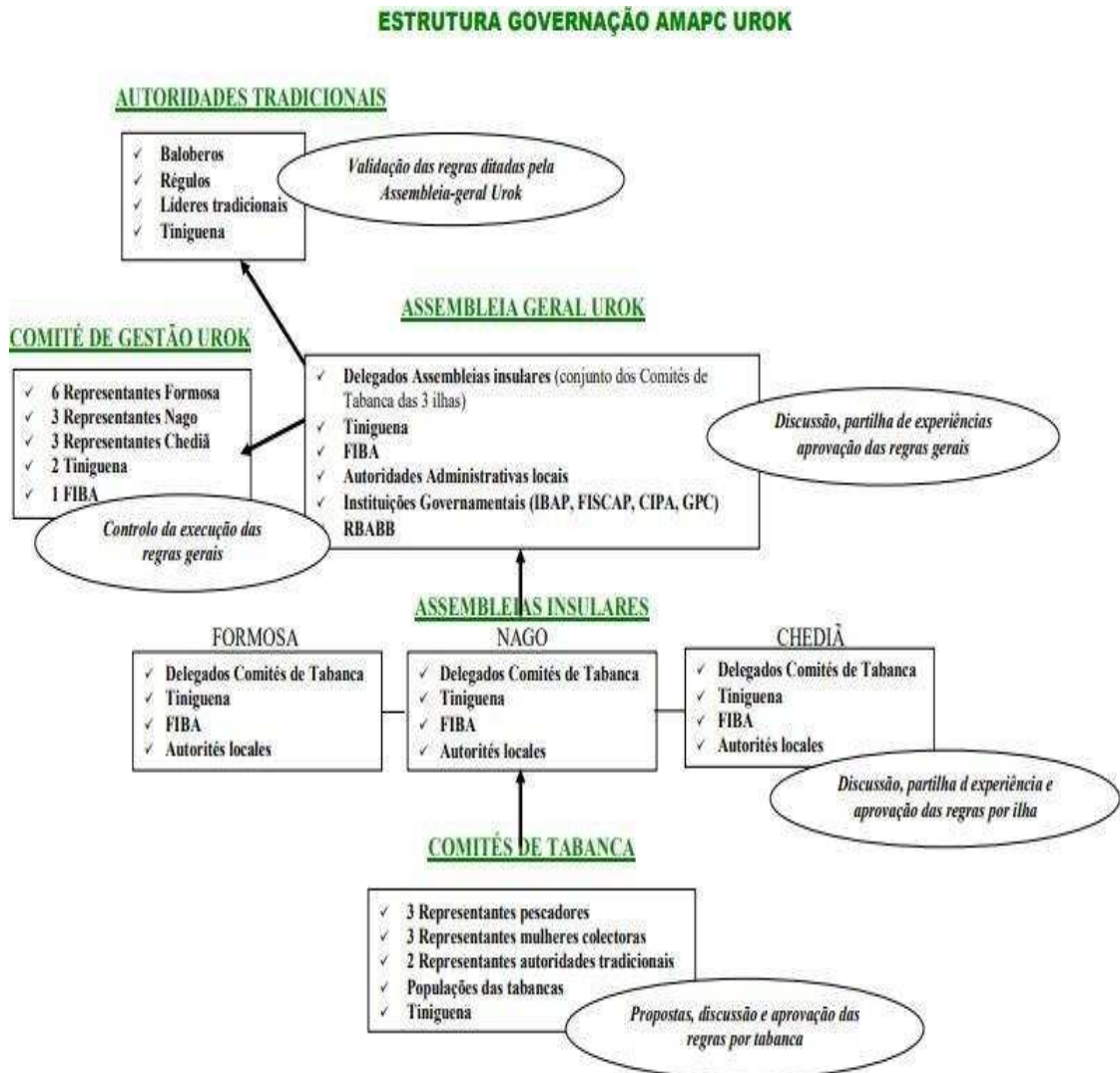
O diferencial da Área Marinha Protegida Comunitária Urok é o modelo de gestão adotado na sua criação. O modelo de governação da AMPC-Urok definido pelo decreto da sua criação apresentado com mais detalhes no primeiro plano de gestão Urok, teve a sua atualização (segundo plano de gestão Urok) da composição dos órgãos para atender melhor as diversidades, a equidade e eficácia na representação da juventude e gênero (PLANO DE GESTÃO UROK, 2014). O novo plano de gestão Urok trouxe inovação no que diz respeito aos critérios de elegibilidade de novos membros dos órgãos de governação vindos da comunidade, como também clarificou os mecanismos das eleições e o tempo de duração do mandato dos membros. Por outro lado, tratou-se de abordar o papel das entidades estatais e não-governamentais.

No que concerne os atores estatais e não-governamentais, deverão ser clarificados os papéis e os níveis de representação permitindo engajar devidamente essas instituições, assegurando, ao mesmo tempo, a comunidade dessa representação para evitar mudanças demasiadamente frequentes que afetariam negativamente as decisões tomadas no seio dos órgãos de governação (PLANO DE GESTÃO UROK, 2014, p. 44).

Para que essas mudanças sejam consolidadas, foi convocada a assembleia geral que acabou por aprovar os órgãos de governação e de gestão da Área Marinha Protegida comunitária Urok. A maioria desses órgãos são denominados de Comitê. Que de certa forma nos lembra os Comitês pró-PAIGC do regime colonial. Os Comitês dessa época tinham como objetivo mobilizar as tabancas/ aldeias no apoio às guerrilhas nacionalistas.

Com o fim do regime colonial, o propósito dessas entidades (Comitês) mudou. Estes passaram a ter como objetivo “recolher as opiniões dos camponeses e de as comunicar a responsáveis políticos situados a níveis mais altos da estrutura estatal” (FORREST, 1993, p. 87). Atualmente, essas entidades que outrora compõem o mecanismo de comunicação entre a população e o governo foram extintos praticamente. No caso específico da AMPC-Urok, essas entidades foram ressignificadas. Justamente para integrar todos os segmentos da sociedade Urok na gestão dos recursos do complexo, como se pode ver no organograma abaixo.

Figura 6 — Organograma da estrutura de gestão da AMPC-Urok.



Fonte: Plano de Gestão Urok (2014).

5.1 Os Comitês de Gestão de Tabanca (Conselho de Gestão da Aldeia)

Os Comitês de Tabanca, geralmente são entidades informais do Estado, encarregadas de mediar os problemas nas aldeias. No caso dos Comitês de Gestão de Tabanca (CGT) das ilhas de Urok. Estas são entidades de base do sistema de gestão Urok, isto é, são conselhos onde são analisadas as questões ligadas à implementação de qualquer política ou regras ao nível das tabancas (aldeias), como por exemplo, a exploração da fauna, a exploração das conchas e outros recursos.

Essa entidade tem como uma de suas competências preparar e apresentar dossiê de propostas ligadas ao desenvolvimento da tabanca na assembleia insular. Elas também se

envolvem nas questões tradicionais ligadas à cultura. O quadro 5 abaixo apresenta algumas características do CGT.

Quadro 5 — Características do CGT

| | |
|--|--|
| Competências do CGT | <ul style="list-style-type: none"> - Preparação de propostas de gestão ou outras propostas de interesse para o desenvolvimento da tabanca e sua apresentação nas AI e na AG Urok - Restituição e divulgação das decisões tomadas ao nível da AI da respectiva ilha e da AG Urok - Verificação da implementação, ao nível da tabanca, do Plano de Gestão e seus projetos, bem como das decisões da AG Urok - Mediação de conflitos entre os utilizadores de uma mesma tabanca - Representação local da fiscalização comunitária |
| Composição do CGT | 6 membros, dentre esses, 2 jovens e pelo menos 2 mulheres |
| Modalidade da reunião e decisão do CGT | - Os CGT reúnem-se duas vezes por ano e atingem quórum quando estão presentes a maioria dos seus membros. As decisões são tomadas por consenso. Na impossibilidade de se ter consenso, as decisões são remetidas ao Comité de Gestão Urok (CGU) ou à assembleia insular à qual pertence a tabanca. |

Fonte: Plano de Gestão Urok (2014).

O quadro 5 demonstra os limites de atuação da estrutura de base de gestão Urok. O CGT é uma estrutura que preza pelos conflitos exclusivos das aldeias. Em seguida, abordou-se sobre a entidade que é encarregada de gerir os conflitos nas ilhas.

5.2 As Assembleias Insulares (AI)

As Assembleias Insulares são instâncias de reflexão, discussão de propostas e regras de gestão da ilha, assim como de microprojetos e atividades do desenvolvimento da ilha. Lembrando que o complexo de Urok é composto por três ilhas, só que as Assembleias Insulares acontecem de forma separada para melhor entender problemas específicos de cada ilha do complexo. Nas Assembleias Insulares são negociadas e decididas questões próprias de cada ilha (PLANO DE GESTÃO UROK, 2014).

Quadro 6 — Competências, Composição e Modalidade de Reunião da AI

| | |
|--|--|
| As competências das AI | Preparação de propostas ligadas à gestão e ao desenvolvimento da ilha e sua apresentação à AGU. Mediação e resolução de conflitos específicos a cada ilha Representação do processo de cogestão ao nível de cada uma das três ilhas. |
| Composição da AI | 160-180 membros 2 Representantes da Tiniguena 1 Representante da IBAP 1 Representante das autoridades administrativas locais |
| Modalidade de reunião e decisão | AI reúnem-se anualmente, antes da AG Urok. Constituem quórum quando presentes 2/3 dos respectivos membros. As decisões são tomadas por consenso, sendo que as propostas não consensuais deverão ser remetidas à AG |

Fonte: Plano de Gestão Urok (2014).

Urok é um complexo formado por três ilhas, mas cada ilha tem as suas próprias características e problemas também. Desta forma, a AI serve de espaço onde se pode debater as questões específicas de cada ilha para depois apresentá-los na AGU.

5.3 Assembleia Geral Urok (AGU)

A Assembleia Geral Urok (AGU), é o principal órgão de governação do complexo Urok, ou seja, é o órgão supremo do sistema de governação e de gestão participativa dos espaços e recursos naturais das ilhas Urok. A Assembleia Geral de Urok, é a instância que protege e defende os interesses do complexo Urok (Formosa, Nago e Chediã) perante as autoridades nacionais e utilizadores externos (estrangeiros). Ela também toma decisões sobre as questões que excedem os interesses próprios de cada ilha.

Na Assembleia Geral Urok, adotam-se políticas que protegem os interesses coletivos das três ilhas, como por exemplo, políticas da educação comunitária, transporte e balizagem do território da AMPC-Urok. A AGU, é também a única instância com o poder de tomar decisão sobre questões não resolvidas em outras instâncias. Na sequência o quadro 7 apresenta as competências, a composição e o modelo da reunião e tomada de decisão.

Quadro 7 — As Competências, Composição e Modelo de reunião

| | |
|--|--|
| <p style="text-align: center;">As competências da AGU</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Análise, aprovação ou rejeição das propostas de outras instâncias do sistema de governação e de gestão no que diz respeito às medidas de gestão e projetos/ atividades de desenvolvimento específicas a cada tabanca, ilha ou ao conjunto do território da AMPC - Adoção ou rejeição de propostas de intervenção ou de investimento no espaço da AMPC. - Decisões relativas à instalação e à intervenção de novos atores susceptíveis de exercer um impacto maior sobre a AMPC ou de contrariar os valores da AMPC. - Decisão sobre utilização das receitas e do património da AMPC, conforme os regulamentos em vigor no país e na AMPC - Decisão sobre a adesão a redes ou iniciativas similares ao nível nacional, regional ou internacional. |
| <p style="text-align: center;">Composição da AGU</p> | <p>Os 160 a 180 representantes que fazem parte dos Comitês de Gestão de Tabancas de todo o território da AMPC- Urok.</p> <ul style="list-style-type: none"> - 3 Representantes da <i>Tiniguena</i> - 1 Representante da Administração local - 3 Representantes do IBAP dos quais um Representante da RBABB - 1 Representante da DGFF - 3 Representantes de instituições técnicas do Estado ligadas às grandes problemáticas tocando Urok e pertinentes em função da agenda (pesca, planificação costeira, florestas e fauna) - Os parceiros técnicos ou financeiros poderão estar representados a título de observador |
| <p style="text-align: center;">Modalidade de reunião e decisão da AGU</p> | <p>A AGU reúne-se ordinariamente uma vez por ano na sede da AMPC. O quórum é formado pela maioria absoluta dos membros. As decisões são tomadas sempre que possível por consenso e, em caso de impossibilidade, pela maioria dos membros presentes.</p> |

Fonte: Plano de Gestão Urok (2014).

A AGU, é a instância onde se encontram quase todas as estruturas de gestão das ilhas Urok. o quadro 7 apresenta as principais competências da AGU. A secção subsequente, trata-se do órgão executivo da estrutura de gestão Urok.

5.4 O Comité de Gestão Urok (CGU)

O Comité de Gestão Urok, é o órgão mais atuante do sistema de gestão Urok, também é o órgão focal desta pesquisa. O Comité de Gestão Urok, é o órgão executivo do sistema, ela é a principal instância de decisão entre as duas assembleias (AI e AGU). Todas as questões envolvendo os interesses relacionados ao processo de gestão participativo do complexo Urok, como por exemplo, a fiscalização terrestre e marítima, a implementação de novos utilizadores e aplicação de sanções, são debatidas no seio do Comité de Gestão Urok.

Para se tornar um membro do Comité, o candidato passa por um processo de avaliação comunitária. Na primeira etapa, o candidato é avaliado pela sua aldeia através do Comité de

Gestão de Tabanca, se o candidato for aprovado pelo CGT, ele passa para segunda etapa onde será avaliada e votado na Assembleia geral Urok, daí se os votos forem favoráveis a ele, a assembleia o declarar membro de Comité de Gestão Urok. O Comité de Gestão Urok, sendo um órgão executivo, tem as suas normas de funcionamento, isto é, suas competências, composição e modelos de reunião e decisão, como é apresentado no quadro 8.

Quadro 8 — As Competências, Composição e Modelo de reunião

| | |
|--|---|
| <p>As competências da CGU</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Convocação das Assembleias Gerais Urok, assim como das Assembleias Insulares e apoio à sua organização, animação e seguimento das suas decisões - Apoio à animação e ao bom funcionamento dos CGT - Verificação da implementação do Plano de Gestão no conjunto do território da AMPC Urok, assim como dos projetos associados, controlo do respeito dos regulamentos internos e das decisões da AGU - Análise e parecer à AGU sobre as propostas apresentadas pelas demais instâncias do sistema de governação e de gestão da AMPC - Mediação em caso de conflitos ao nível do conjunto do território Urok - Representação do processo de cogestão das ilhas Urok |
| <p>Composição da CGU</p> | <ul style="list-style-type: none"> - 6 Representantes de Formosa - 4 Representantes de Nago - 4 Representantes de Chediã - 1 Representante do IBAP - 2 Representantes de <i>Tiniguena</i> - 1 Representante da administração local |
| <p>Modalidade de reunião e decisão da CGU</p> | <ul style="list-style-type: none"> - O CGU reúne-se ordinariamente 4 vezes por ano, sendo que pelo menos uma vez deverá reunir-se em cada uma das três ilhas. O seu quórum é constituído pela maioria dos seus membros e as decisões devem ser tomadas segundo a maioria dos votos dos membros presentes. |

Fonte: Plano de Gestão Urok (2014).

O quadro 8 apresenta as principais competências da CGU, mas em certas situações a CGU é solicitada para dar o parecer, no caso dos conflitos entre as aldeias. A seção seguinte trata da atuação do conselho dos anciões e as suas competências.

5.5 Conselho dos Anciões Urok (CAU)

Segundo o Plano de Gestão Urok, o Conselho dos Anciões é uma instância de validação das decisões tomadas nas assembleias, principalmente, na Assembleia Geral Urok. Em outras palavras, o conselho dos Anciões é uma entidade com poderes simbólicos pautadas em defender os interesses tradicionais e culturais do povo residente na AMPC-Urok. O CAU funciona como um órgão de consultoria do sistema de gestão Urok. O conselho pode ser convocado a qualquer momento para avaliar ações ou decisões das outras instâncias, isto porque, os membros do

Conselho dos Anciões, são pessoas cujo status social é diferenciado na sociedade Urok (os proprietários tradicionais ou *dunus de tchon*).

Os proprietários tradicionais ou *dunus de tchon*, geralmente, são pessoas mais velhas da comunidade ou pessoas com um conhecimento tradicional muito elevado e também pessoas pertencentes a uma linhagem familiar, como por exemplo, os “Baloberos”. O quadro 9 apresenta as competências do conselho dos anciões.

Quadro 9 — As Competências, Composição e Modelo de reunião

| | |
|--|---|
| <p>As competências do CAU</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Orientação e validação das decisões tomadas pela AGU na esfera do poder tradicional. - Garantia da justa articulação e harmonia entre o sistema de cogestão e a lógica cultural tradicional bijagó. - Representação do poder tradicional no processo de cogestão. |
| <p>Composição do CAU</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Os proprietários tradicionais das três ilhas. |
| <p>Modalidade de reunião e decisão do CAU</p> | <ul style="list-style-type: none"> - O CAU reúne-se uma vez por ano, após a realização da AGU e sob solicitação do CGU quando ocorrer uma situação que exija sua mediação. atinge quórum quando estiverem presentes a maioria dos seus membros. As decisões são aqui tomadas por consenso |

Fonte: Plano de Gestão Urok (2014).

O Plano de Gestão Urok, define dois tipos de instâncias para governação do complexo Urok, que são: órgãos de governação e órgãos de gestão Urok. Fazem parte dos órgãos de governação as assembleias, os conselhos e os comités que acabamos de abordar nos subtítulos acima. Agora iremos tratar dos dois órgãos de gestão Urok: Comité Técnico Urok e Comissão de Multas.

5.6 Comité Técnico Urok (CTU)

O Comité Técnico Urok é um órgão consultivo, cujo a competência de analisar as questões técnicas e científicas ligadas ao processo de cogestão das ilhas Urok. Ela aconselha a CGU e dá pareceres à AGU. Mas o foco principal da CTU é tratar profundamente das questões científicas como por exemplo, desenvolver pesquisas nas áreas biológicas, sistema de informação geográfica, delineamento de estratégias de desenvolvimento que assegurem a conciliação entre a conservação dos espaços e recursos naturais da AMPC-Urok e o desenvolvimento das comunidades residentes.

O CTU, é um órgão incumbido de atrair inovação para AMPC-Urok devido aos critérios de seleção dos membros. O CTU é uma entidade aberta, isto falando da sua composição em relação às outras entidades, ela não tem membros pré-definidos como as outras. Ela é composta por 8 membros no máximo. Estes 8 membros podem ser qualquer cidadão guineense, sem necessariamente ser residente da AMPC-Urok. Para participar é necessário que o cidadão, possua experiências em domínios relevantes para o AMPC- Urok. Essas pessoas, compondo CTU, têm a competência de estabelecer redes com outras entidades nacionais, regionais e internacionais com o objetivo de partilhar experiências e atrair novos parceiros.

5.7 Comissão de Multas

A comissão da Multas, é o órgão executivo do sistema de fiscalização delegado pelo CGU. A principal função da Comissão de Multas é a resolução dos contenciosos resultantes das infrações feitas no território da AMPC-Urok. A Comissão de Multas também é encarregada de fiscalizar o cumprimento das regras relacionadas à parte marítima e terrestre. Ela tem a competência de definir e implantar estratégias de fiscalização em todo o território Urok. A comissão de Multas é composta por 1 representante do Comité de Estado, 1 representante da IBAP, 1 representante da *Tiniguena*, 3 representantes da comunidade.

Por fim, estes são órgãos do sistema de governação da AMPC-Urok cuja sede localizada na aldeia de Abu, na ilha de Formosa.

Figura 7 — Sede da AMPC-Urok.



Fonte: Acervo do autor (2020).

Figura 8 — Transporte comunitário da AMPC-Urok.



Fonte: Acervo do autor (2020).

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

6.1 Mapeamento e Caracterização dos Conselhos de Gestão da Área Marinha Protegida Comunitária Urok

A transformação das ilhas Urok em Área Marinha protegida comunitária, possibilitou o envolvimento de vários atores na sua consolidação. Neste sentido, fizemos o mapeamento desses atores para poder identificar, classificar e analisar as influências desses no complexo. Delcano (2019), confirma que

A transformação das ilhas Urok em AMPC, por exemplo, se deve muito à relação existente entre a sociedade local e a Tiniguena. Tanto que a instituição da AMPC-Urok foi uma iniciativa comunitária, mas que só se concretizou graças ao suporte técnico e financeiro da Tiniguena e um apoio logístico da FIBA, GPC, RBABB e agências bilaterais e multilaterais de cooperação (DELcano, 2019, p. 84).

Para isso, foi realizado um levantamento inicial. A primeira fase do levantamento foi realizada durante a nossa primeira visita ao complexo de Urok. Nesse levantamento foi possível identificar os atores que de certa forma exercem uma certa influência na gestão do complexo. O quadro 10 refere-se a estes atores.

Quadro 10 — Atores atuantes no complexo Urok.

| ATORES | DESCRIÇÃO |
|------------------------------------|-------------------------------|
| FIBA | Organização não governamental |
| TINIGUENA | Organização não governamental |
| AUTORIDADES ADMINISTRATIVAS LOCAIS | Repartição do Estado |
| IBAP | Instituição governamental |
| FISCAP | Instituição governamental |
| CIPA | Instituição governamental |
| RBABB | Instituição governamental |
| AUTORIDADES LOCAIS | Representações tradicionais |

Fonte: Dados da pesquisa.

Assim, de acordo com os atores identificados acima, podemos montar um quadro demonstrando a presença delas na estrutura de governação Urok.

Quadro 11 — Frequência dos atores nos conselhos.

| Atores | Conselhos | | | | |
|------------------------------------|-----------|-----|-----|----|-----|
| | CAU | CGU | AGU | AI | CGT |
| FIBA | | | | | |
| Tinguena | | | | | |
| Autoridades Administrativas Locais | | | | | |
| IBAP | | | | | |
| FISCAP | | | | | |
| CIPA | | | | | |
| GPC | | | | | |
| RBABB | | | | | |
| Autoridades Locais | | | | | |

Fonte: Dados da pesquisa.

O quadro 11 demonstra a participação dos atores nos conselhos de gestão Urok. Nesse quadro pode-se ver o quanto esses atores exercem influência no processo de decisão. Como por exemplo, a *Tinguena* que participa em todos os conselhos.

Rubilson Delcano (2019) explica essa relação como sendo uma “relação histórica de transformação” devido às transformações que o complexo sofreu com a intervenção da ONG *Tinguena*. No que se refere às questões de tomada de decisão, entende-se que as ONGs, no geral, exercem muita influência em todas as esferas da comunidade local. Neste caso, a *Tinguena* parece exercer maior influência (monopólio) sobre aspectos que regem a conservação e a utilização dos recursos naturais. A ONG assume o papel do Estado no que diz respeito à provisão dos serviços públicos, exemplo, serviços de transporte, educação e serviços de saúde (SANO, 2016). Após esta análise dos atores institucionais, propomos analisar os atores comunitários. Os atores comunitários referem-se aos membros dos comitês de gestão Urok (CGU). A fim de entender a relação delas com as outras instituições. Para isso, fizemos o mapeamento desses atores espalhados por todo complexo Urok.

Quadro 12 — Identificação dos membros da CGU.

| Ilha | Aldeia/tabanca | sexo | idade |
|---------|----------------|------|-------|
| Formosa | Abú | F | 38 |
| Chediã | Bijagós | M | 54 |
| Chediã | Bijagós | F | 62 |
| Chediã | Botai | M | 45 |
| Nago | Nago | M | 51 |
| Nago | Candjyrba | F | 60 |
| Nago | Nago | M | 53 |
| Formosa | Acunu | M | 43 |
| Formosa | Ancadaque | M | 49 |
| Formosa | Acócó | F | 46 |
| Formosa | Pandja | M | 44 |
| Formosa | Anquedju | M | 68 |
| Formosa | Abú | M | 72 |
| Formosa | Abú | M | 58 |
| Formosa | kudjanki | M | 62 |

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O Comitê de Gestão Urok (CGU), é a principal entidade da estrutura de governação Urok. Quando se trata das questões mais complexas, questões envolvendo os interesses coletivos das ilhas Urok. Como por exemplo, a implementação de novos projetos na ilha ou a fiscalização do território. No geral, ela é a principal instância de tomada de decisão. Por isso, propomos fazer mapeamento dos seus membros para ver como estão distribuídos por ilha e aldeia (tabanca). Também ver o nível de participação feminina e juvenil no referido comitê.

Com o levantamento feito, foi possível identificar que a ilha de Formosa detém o maior número de membros. No total de 15 membros do comitê, a ilha de Formosa conta com 9 membros, enquanto que Nago e Chediã contam com apenas três cada. Dos 9 membros da ilha de Formosa, 3 deles pertencem à aldeia (tabanca) Abú e os 6 restantes são das aldeias de Kudjanki, Anquedju, Ancadaque, Acunu, Pandja e Acócó.

A ilha de Nago conta com 3 membros sendo que 2 deles são da aldeia de Nago e 1 da aldeia Cadjyrba. Por fim a ilha de Chediã, também com 3 membros, 2 na aldeia de Bijagós e 1 na aldeia de Botai. Como ilustra o quadro 13.

Quadro 13 — Identificação das aldeias com representação no CGU.

| Ilhas | Formosa | Nago | Chediã |
|----------------------------|---|---------------------|---|
| Aldeias com membros da CGU | Acunu; Ancadaque; Acóco; Pandja; Anquedju; Abú (3); kudjanki | Candjyrba; Nago (2) | Bijagós (2); Botai |
| Aldeias sem membros da CGU | Ambô; Soyé, Cumpada; katem; wadá; kuian; Anquedju bijagós; Anquedju pepel; kabinhat | N'dir; Angha; Audja | Porto de paranta; Aucucha; sidja; Cuidjia; Casukuta |

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Nesse levantamento foram desconsiderados dois membros (ONG *Tiniguena* e a IBAP), porque o propósito é identificar atores locais (atores nativos). A *Tiniguena* e o IBAP não são qualificados como atores nativos, são representantes de instituições com assentos no conselho.

A partir desses resultados, é possível identificar qual ilha detém o maior grau de influência na tomada de decisão. Neste caso a ilha de Formosa, com o maior número de membros. Justifica-se que a ilha de Formosa é a maior ilha do complexo, quer entremos populacionais e territoriais. Por outro lado, Formosa foi a primeira ilha a beneficiar dos apoios técnicos da

ONG *Tiniguena* (mentora do processo de transformação do complexo Urok em áreas marinhas protegidas). Além do mais, Formosa tem 15 aldeias ao passo que, Nago tem apenas 5 e Chediã 7 aldeias em seu território. Por outro lado, se compararmos a ilha de Nago com a ilha de Chediã, vamos ver um pequeno desequilíbrio com relação a distribuição membros da CGU nas tabancas (aldeias). vejamos, Nago possui 5 tabancas no total, 2 delas tem membros da CGU enquanto que Chediã tem 7 Tabancas, mas apenas 2 delas tem membros da CGU o que de certa forma coloca a ilha de Chediã em desvantagem.

No que se refere à participação feminina e juvenil, olhando pelos dados obtidos, pode-se afirmar que existe pouca participação feminina e juvenil no processo de gestão da ilha. No universo de 15 membros do Comitê de Gestão Urok, só 3 membros são do sexo feminino e a faixa etária dos membros identificados variavam entre 38 a 72 anos. Polet (2011, p. 20) entende que, nessas sociedades “Os mitos, os valores, as normas e as interdições controladas pelos mais velhos regulam o acesso aos espaços e aos seus recursos, impedindo assim a sua degradação”. Isto se vê de forma clara na sociedade Urok, como por exemplo, a participação feminina e

juvenil nos conselhos das ilhas. A participação feminina e juvenil é incentivada, no caso feminino, inclusive com cadeiras ativas no conselho. Contudo, na gestão das ilhas há uma tendência à preservação da gerontocracia.

6.2 Processo de Formulação e execução de Políticas Ambientais Urok/ O Olhar da comunidade sobre proteção Ambiental

A transformação das ilhas Urok em Área Marinha Protegida Comunitária (AMPC), para a sociedade local foi uma conquista importante que mudou a história das ilhas Urok, eliminando parte dos conflitos que nela existiam. Entretanto, a transformação de Urok em AMPC, não foi só uma mera vitória, mas foi o início de novos desafios em que os antigos e velhos conflitos não podem ser simplesmente ignorados ou dados como ultrapassados. Pois estes ganharam novas formas e precisam de novos mecanismos para o seu enfrentamento. Como por exemplo, os conflitos territoriais entre os nativos de Urok (bijagós) e as outras etnias consideradas estrangeiras ou invasoras. Neste sentido, a *Tiniguena* entra em ação para mediar e estabelecer consenso entre os bijagós e outros grupos étnicos (*pepel e nhominca*) que também são utilizadores do espaço.

A atuação da *Tiniguena* na mediação desse conflito, não só tinha como objetivo estabelecer consenso entre os grupos étnicos sobre a evolução dos recursos e a incoerência dos sistemas de produção desses diferentes grupos de utilizadores. Mas também se preocupava em arranjar um mecanismo que pudesse regulamentar o uso dos recursos nas ilhas Urok. Então, os planos de gestão foram os mecanismos adotados para pelo menos estabelecer sistemas de gestão que valorizem as tradições locais. Estes planos também são provas materiais da participação comunitária na gestão dos seus espaços.

Com o intuito de entender o processo de formulação e execução de políticas ambientais em Urok. Partimos dos discursos usados nos dois planos de gestão. Para análise desses discursos tivemos o suporte do *software* MAXQDA.

O método de nuvem de palavras é o método adotado para produção dos indicadores que compõem o *corpus* de análise. Essa técnica permite agrupar e organizar graficamente as palavras em função da sua frequência, o que torna fácil a identificação das palavras-chave do *corpus* textual (MOURA, 2014). Além disso, são feitas algumas interações analíticas e comparativas com os resultados obtidos nos encontros do grupo focal.

As nuvens originárias do primeiro plano de gestão (figura 09) e do segundo plano de gestão (figura 10) certificam aspectos relacionados à preservação e gestão dos recursos terrestres e marítimos.

Figura 9 — Nuvem de palavras do primeiro plano de gestão



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Após aplicação do método de nuvem de palavras, torna-se possível observar que as palavras com maior frequência foram: gestão, Urok, pesca, ilhas, recursos, residentes, desenvolvimento, arquipélago e plano.

Essas palavras, demonstram que o discurso usado na elaboração do primeiro plano de gestão Urok, frisa-se mais nas questões ligadas aos recursos pesqueiros. Dado que o motivo central da transformação das ilhas Urok em Área Marinha Protegida comunitária foi a tentativa de controlar o uso abusivo dos recursos naturais principalmente no setor pesqueiro.

A pesca contém um significado entre os bijagós do arquipélago. A pesca não é só uma atividade econômica ou fonte principal do regime alimentar, mas também, ela é parte da cultura dos bijagós. Alguns recursos pesqueiros são considerados importantes na realização de certas cerimônias tradicionais.

Os Bijagós precisam desses recursos naturais para fazer cerimônias que os conectam com os seus espíritos antepassados, sendo que a escassez desses produtos condiciona a realização dessas cerimônias e que, por sua vez, compromete a manutenção da sociedade – isto na cosmovisão africana Bijagó. Ou seja, os Bijagós acreditam que se não fizerem cerimônias que caracterizam a religião local a sociedade estará desorientada e, assim, amaldiçoada pelos seus ancestrais (DELCANO, 2019, p. 74).

A preocupação de manter a tradição motivou a formulação de políticas locais de proteção dos recursos naturais. Isso pode ser bem entendido na fala de um dos participantes do encontro do grupo focal.

NÃO, Kriason di ária marinha protegida, i parti di budjugu pabia disi sirmónia ou no rekursus ku nota fasi sirmónia ku el, I na ki tempu buta lanta bu kana odja bu omi kubu fidju matchu bu kana odja elis pabia eta bai kadjigué son na ora di bai scola ku bu na odja bu fidju, i bin notadu di kuma no rekursus na kaba pabia na Tarafis la piss ta padi nel, ma alguns djintis bin toma es rekursus ena bindi, logu ora di serimónia nota kansa tchiu, então suma e teneba li um ONG kuna tarbadja na orta logu pididu bin fasidu suma ku bota djudanu, no misti pabo djudanu pano pudi proteji no rekursus pabia ita djudanu nano sirmónia. Então e partilhal e tchiga na um bom senço, logo e falanu suma anos kumisti noten ku da pontapé di Saída, então nopui mandjidura na riu no pui um po garandi assim cada kanua ku bin ina sibi kuma es i um aria ku protegidu assim toki ki dukumentu bin aprovado (participante do grupo focal, P5).⁵

Ou seja, o primeiro plano de gestão teve o foco direcionado para questões ligadas aos recursos pesqueiros devido ao inconformismo da população residente nas três ilhas.

Ao analisarmos o segundo plano de gestão, observa-se uma evolução nos discursos. Como pode se ver na nuvem da figura 10.

⁵ A criação da área de marinha protegida partiu dos Bijagós, porque ali tinha o que precisávamos dele para fazer as nossas cerimónias, e com o decorrer do tempo, alguns indivíduos começaram explorar o que é nosso. E aquilo nos dificultava na hora da cerimónia, pois notamos que os nossos recursos estava a desaparecer e não queríamos perder, porque é nas tarrafes que os peixes produzem. Na altura, a esposa ao acordar de manhã não via a presença do marido e nem dos filhos, porque iam Kadjigui e só no horário da escola poderia vê-los de novo, então como conhecemos uma ONG que trabalha na agricultura, decidimos pedir ajuda a ela e nos ajudou com os nossos recursos, porque não queríamos perdê-los. Logo aceitou e nos disse que devemos dar o primeiro passo como a garantia de que estamos interessado no assunto, então pomos **mandjidura** no riu com uma vara para que cada piroga que entrasse, logo vai perceber que esta área é uma área protegida (Tradução nossa do crioulo).

Figura 10 — Nuvem de palavras do segundo plano de gestão.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Na nuvem de palavras do segundo plano de gestão, aparecem novas palavras como: biodiversidade, governança, palmeira, óleo, conservação, arroz, caju. Isto indica que a preocupação da sociedade Urok, em enfrentar os desafios diversificaram. Agora não é só se preocupar com os recursos pesqueiros, mas sim com toda a biodiversidade de Urok. Também isto nos leva a refletir sobre as questões econômicas. Ou seja, considerando as palavras que apareceram com frequência na nuvem do segundo plano de gestão. Por exemplo, caju, óleo e arroz.

O caju e o óleo (óleo extraído da palmeira), compõem a lista das atividades econômicas e mais lucrativas do complexo Urok. por isso, torna-se perceptível que o foco do segundo plano de gestão é mais diversificado do que do primeiro. Não só por esta perspectiva, mas também por ter abordado com mais detalhes certos assuntos que no primeiro plano de gestão não aparecem, como por exemplo, o empoderamento da comunidade, conservação dos ecossistemas terrestres, geração de rendimentos e de emprego e educação e formação profissional. Estes são os principais desafios do segundo plano de gestão Urok. O quadro 14 apresenta as principais fontes de renda monetária das famílias em Urok.

Quadro 14 — Principais fontes de rendimento monetário das famílias em Urok.

| Ilha | Tabanca (aldeias) | Principais fontes de rendimento monetário mais frequentemente indicadas (frequência relativa das respostas) |
|---------|-------------------|---|
| Formosa | Abu | Caju (3/13); Pesca (3/13); Óleo de palma (2/13); Venda de animais (2/13) |
| | Ancadaque | Óleo de palma (7/14); Pesca (2/14); Esteiras (2/14) |

| | | |
|--------|-----------|---|
| Nago | Acôco | Pesca (3/7); Artesanato (canapés) (2/7) |
| | Catem | Óleo de palma (5/9); Caju (3/9) |
| | Nago | Óleo de palma (5/7) |
| | Cadjyirba | Óleo de palma (5/13); Caju (5/13) |
| Chediã | Chediã | Óleo de palma (5/11); Caju (3/11) |

Fonte: Said e Abreu (2011).

O quadro 14 mostra as principais fontes de rendimento monetário deixando de fora o cultivo do arroz. Segundo os autores da pesquisa Said e Abreu (2011), o cultivo do arroz (*n`pampam*) não integra nas fontes de rendimento monetário das famílias em Urok, mas sim, é a principal fonte de calorias na dieta da população local. Apesar disso desempenha um papel fundamental na dinâmica socioeconômica de Urok, já que a sociedade preserva a economia de troca. Em síntese, a comercialização do caju, atualmente, é a maior fonte de rendimento monetário em consideração das falas dos participantes do Grupo focal.

“utrus ta bindi citi ku tchebem até pis. Mas gos tudu mundu ta faci campanha de cadju. Campanha ta da mas dinheru” (P2).⁶

“ntene dus horta de cadju. Mas ku é dus horta nta consegui sustenta nha fidjus na bissau. {...} Ntene dus fidju ki na studa na bissau. {...} Tambi ku es horta nkonsegui cumpu casa. Nha fidju, ika tudu ano ku campanha ta bali de, i tem ano ku no ka ta consegui tira nada na horta. Pabia nó djintis di stadu ka ta djuda. Mas na raça pa campanha bali mas suma ano passado” (P3)

6.2.1 Sobre o olhar da comunidade sobre proteção Ambiental

Depois das análises dos dois planos de gestão, propomos entender o olhar da comunidade sobre a proteção ambiental a partir das falas dos participantes nos encontros do Grupo Focal. O objetivo foi o de entender a percepção/visão dos participantes sobre o papel do conselho comunitário e os efeitos que ela gera nas ilhas.

Portanto, adotou-se o mesmo método de análise usado nas análises anteriores (nuvem de palavras) operacionalizada pelo software MAXQDA. Logo após a aplicação da técnica tornou-se visível as palavras com maior frequência no depoimento dos participantes do Grupo Focal (figura 11).

⁶ Alguns vendem óleo de palma, chabeu ou peixe. Mas nos dias atuais, todos preocupam com a comercialização de castanha de caju porque é mais rentável (Tradução nossa).

Tenho duas hortas de caju. com essas consigo sustentar meus filhos em Bissau {...} tenho dois filhos estudando em Bissau. {...} com as hortas consegui construir uma casa. Meu filho, nem todo ano que a campanha é boa, tem anos que não conseguimos extrair nada da horta. Porque o Estado não nos ajuda. Mas vou rezar para que este ano seja como no ano passado (Tradução nossa).

quando as organizações não governamentais intervêm em áreas novas, fora da sua linha ou domínio de atuação, nas quais o Estado demonstrou não possuir uma capacidade de resposta efetiva, acabam por encontrar enormes dificuldades na relação com a sociedade.

No caso da *Tiniguena* e a sociedade Urok é fácil enxergar a ruptura na relação entre eles. As falas dos participantes do Grupo focal demonstram inconformismo e alguns até questionam o modelo de gestão participativo, porque não se sentem contemplados de forma efetiva na gestão da ilha. O quadro 11 ilustra o quanto a *Tiniguena* exerce influência na estrutura de gestão das ilhas Urok.

Com o intuito de captar a percepção dos grupos comunitários e população em geral sobre a proteção ambiental das ilhas. Propomos entender com eles se o selo da UNESCO que atribui os arquipelagos dos Bijagos o status da Reserva da Biosfera influencia na criação de novos arranjos institucionais para proteção da AMPC-Urok. Só que nenhum dos participantes respondeu ou comentou algo relacionado a Reserva da Biosfera. Como ainda perguntaram o que é ser Reserva da Biosfera. Isto nos faz pensar para que serve um selo (uma identidade internacional) que de certa forma não faz diferença na vida dos residentes. De acordo com as nossas impressões da pesquisa de campo, percebemos de que o selo da UNESCO faz sentido para algumas pessoas (Estado, ONGs e algumas instituições ligadas ao meio ambiente). Estes parecem usar desta designação como propaganda. Mas isto não quer dizer que não existem instituições sérias que lutam para manter a população ciente sobre os problemas ambientais na Guiné-Bissau sobretudo em Urok.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar o papel da população local na gestão pública e na execução dos programas de proteção ambiental em Urok. Uma vez que as ações das ONGs e da comunidade local passaram a ser intensificadas para o desenvolvimento de novos arranjos institucionais que objetivam a conservação dos recursos na AMPC-Urok. Nesse sentido, os desdobramentos que firmam o objetivo da pesquisa, mostram um modelo diferenciado de gestão dos espaços e recursos, por integrar os elementos culturais da população local. Além disso, por ser um território singular em termos da biodiversidade, fato que desperta interesses de vários atores.

De acordo com os resultados obtidos é possível afirmar que a questão de conservação de recursos e gestão dos espaços não era problema para o povo bijagós, porque “a percepção do ambiente tem uma base eminentemente cultural” (CORRÊA, 1995, p. 7) na sociedade bijagó. Mas a inserção de novos utilizadores causou um certo desconforto e fez com que novos mecanismos sejam adotados para conservação dos espaços e recursos naturais, sobretudo em Urok. Neste caso, a transformação das ilhas Urok em AMPC. O estudo indica claramente como a transformação das ilhas Urok em AMPC facilitou a mobilização e criação de novos mecanismos de gestão. Esses fomentaram a cooperação dos grupos de interesses em busca de soluções para melhor gerir e governar os recursos do território Urok sem interferir negativamente nos usos e costumes da população local.

No que se refere ao papel da população local na gestão pública e na execução dos programas de proteção ambiental nas ilhas Urok, pode-se dizer que além das estruturas fechadas (comités e conselhos) e os novos arranjos institucionais direcionados a conservação, a população em geral desempenha um papel fundamental na manutenção, na fiscalização e na avaliação do desempenho das políticas adotadas pela estrutura de gestão das ilhas.

Voltando à questão dos arranjos institucionais direcionadas à conservação dos recursos na AMPC-Urok, estes apresentam uma inovação se comparado com as outras áreas de conservação na Guiné-Bissau. Em Urok, a iniciativa de criar uma matriz institucional partiu da mobilização popular, enquanto que nas outras áreas de conservação não. A população de Urok ciente da escassez dos recursos e também o desejo de preservar a cultura e a tradição, decidiram organizar-se para enfrentar os problemas ambientais.

Lembremos que as questões ambientais, são questões mundialmente debatidas. No caso da Guiné-Bissau, as questões ambientais parecem irrelevantes na esfera governamental, ou seja, o poder público é relativamente ausente quando se trata das questões ambientais. O que é

compreensível porque o Estado da Guiné-Bissau é instável. Com o Estado em constante instabilidade, o debate político partidário passou a ser centro das atenções do debate público.

No que se refere a intervenção do Estado na AMPC-Urok, os resultados demonstram uma fraca intervenção do Estado quer ao nível de provisão dos serviços públicos básicos (saúde e Educação) também os resultados demonstram ineficiência na promoção de políticas públicas sobretudo as políticas voltadas ao desenvolvimento socioambiental. Os estudos mais recentes Sanó (2016) e Delcano (2019) também abordam este assunto. Em consequência disto, a população de Urok viu-se necessidade de buscar suporte das ONGs o que hoje é traduzida na gestão compartilhada. Neste sentido, é possível observar uma relação tridimensional desequilibrada entre a sociedade Urok, ONG *Tiniguena* e o Estado representado por IBAP. De acordo com os resultados e as nossas impressões durante a pesquisa de campo, pode-se afirmar que a ONG *Tiniguena* detém o monopólio na estrutura de gestão compartilhada.

Com base nos dados, pode-se afirmar que os problemas ambientais na Guiné-Bissau, ainda precisam de maior atenção e engajamento do Estado. Muito embora, algumas instituições (ONG *Tiniguena*, IBAP) têm vindo a demonstrar resultados satisfatórios no domínio de promoção e formulação de estratégias direcionadas a preservação ambiental, principalmente, quando se trata da atuação da *Tiniguena* em Urok, contribuindo na implementação de iniciativas que fomentam a descentralização e participação de atores comunitários (atores locais) no sistema de gestão e proteção ambiental na AMPC-Urok. Fato que pode gerar equilíbrio entra a sustentabilidade ecológica e desenvolvimento local (SANÓ, 2016). Para isso tenha maior impacto é necessário a participação efetiva do poder público.

Como dito anteriormente, os problemas ambientais na Guiné-Bissau precisam de maior atenção e engajamento do Estado. Em função disto, recomenda-se para futuros analistas/implementadores de políticas públicas ambientais ou para quem for atuar com políticas públicas de modo geral em Urok. Primeiro, ter consciência de que a sociedade Urok é uma sociedade tradicional e insular, portanto, um dos aspectos que se deve levar em consideração é a comunicação. Não adianta baixar, formular ou implementar políticas públicas sem canais de comunicação adequados ao contexto local. Durante a pesquisa percebemos que existe uma certa resistência da população em certas questões ligadas aos mecanismos de gestão participativa, essa resistencia deve-se a fraca comunicação entre os gestores/implementadores das políticas com a comunidade. Muito embora ONG *Tiniguena*, tenha intensificado suas relações com a comunidade, mas ainda é necessário instituir políticas educativas capazes de traduziras as políticas públicas, sobretudo, as de proteção ambiental. Digo isso levando em consideração o desconhecimento da população sobre o selo da UNESCO (Reserva da Biosfera).

Que é uma identidade internacional da sociedade Urok, porém relativamente desconhecida (alguns conhecem, mas não sabem o que significa e para quê que serve). Para superar essas situações é fundamental adotar outros métodos de propagação de informação e gestão por exemplo, métodos mais participativos. A ONG *Tiniguena* é um exemplo nesse quesito. Ela vem incentivando a participação popular nos processos de tomada de decisão e gestão, mas que de certa forma não parece suficiente porque é necessário a participação efetiva do Estado para que o impacto seja maior.

Para finalizar, a segunda recomendação direciona-se para pesquisadores interessados em estudar políticas públicas na Guiné-Bissau sobretudo em Urok. No geral Guiné-Bissau é um país multiétnico com uma diversidade cultural muito rica para se explorar, bem como, existe uma biodiversidade ecológica que precisa ser explorado cientificamente. Entretanto, existem barreiras que dificultam a execução das pesquisas científicas na Guiné-Bissau. Primeiro as instabilidades políticas que de certa forma interfere no acesso aos dados para pesquisa. A maior dificuldade é o acesso aos dados porque existe uma resistência dos agentes públicos em publicizar ou partilhar os dados.

Então, para que um pesquisador consiga ter sucesso nas suas pesquisas na Guiné-Bissau, em primeiro lugar, é necessário que o pesquisador crie redes de contatos com os agentes locais para que esses possam facilitar a sua inserção no campo além disso, existe a questão da língua, lembrando que o português é a língua oficial, mas a língua mais falada na Guiné-Bissau é o Criolo e também tem as línguas locais (dialetos) dependendo *locus* da pesquisa, o Pesquisador precisar do suporte de um interprete, não só, como também existem as questões culturais que podem afetar o desenvolvimento da pesquisa se não for planejado função das tradições e dos costumes da comunidade focal. Essas são algumas das recomendações para futuros pesquisadores interessados em Guiné-Bissau.

REFERÊNCIAS

- AMPAGATUBÓ, José. **Pressupostos e significado do golpe de Estado de 1998-1999 na Guiné-Bissau**. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, 2008.380 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) -Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa, 2008
- BARBOUR, R. **Grupos focais: coleção pesquisa qualitativa**. Bookman Editora, 2009.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edição Revista e Atualizada. São Paulo: Edições 70, 2009.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 1977. BAYARD, J. F. **L'état en Afrique, la politique du ventre**. Paris: Fayard, 1989.
- BELLUCCI, Beluce. **O Estado na África**. Revista Tempo do Mundo (IPEA), Brasília, v. 2, n. 3, p. 9-43, dez. 2010.
- BILLAUD, J. P. **Desenvolvimento Territorial, Cidadania e Participação Social: evidências a partir da experiência francesa**. In: CAVALCANTI, J. S. B; WANDERLEY,
- BISSAU: Um estudo dos grupos sociais no arquipélago dos Bijagós, 1994-2014**. -- Salvador, 2019. 122 f.
- CALMON, P.; COSTA, A. T. M. **Redes e governança das políticas públicas**. Revista de Pesquisa em Políticas Públicas. Edição nº 01 – julho de 2013.
- CANDÉ, Artemisa Odila Monteiro. **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do Estado-nação-conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959- 1994)**. **Bahia: Universidade Federal de Bahia, 2013.289 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Bahia, 2013
- CAVALCANTI, Paula Arcoverde et al. **Sistematizando e comparando os enfoques de avaliação e de análise de políticas públicas: uma contribuição para a área educacional**. 2007.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A dimensão cultural do espaço: alguns temas. **Espaço e cultura**, n. 1, p. 1-22, 1995.
- CORTES, S. M. V.; LIMA, L. **A contribuição da sociologia para a análise de políticas públicas**. Lua Nova, v. 87, p. 33, 2012.
- CRESWELL, J. W. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- DELCANO, Rubilson Velho. **SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO NA GUINÉ-BISSAU: Um estudo dos grupos sociais no arquipélago dos Bijagós, 1994-2014**. -- Salvador, 2019. 122 f.

DIAS, E. C. **Do Estado colonial ao Estado pós-colonial**. Janus: Anuário de relações exteriores. 2010 (1), 118-119

EASTONE, D. **A Framework for Political Analysis**. Englewood Cliffs: Prentice Hall. 1965.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Centauro, 2002.

FANON, F. **Os condenados da terra** (E. Rocha & L. Magalhães, Trads.), 2005.

FERNANDES, Antero da Conceição Monteiro. **Guiné – Bissau e Cabo Verde: da unidade à separação. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos)** - Faculdade de Letras. Centro de Estudos Africanos, Universidade do Porto, Porto, 2007.

FORREST, J. **Autonomia burocrática, política económica e política num Estado “suave”: o caso da Guiné-Bissau pós-colonial**. *Soronda*: revista de estudos guineenses, n. 12, 1993.

FREITAS, H.; CUNHA Jr., M.; MOSCAROLA, J. **Aplicação de sistema de software para auxílio na análise de conteúdo**. *Revista de Administração da USP*, v.32, n.3, p.97 -109, jul./set.1997

FREY, K. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. *Planejamento e Políticas Públicas (IPEA)*, Brasília, v. 21, p. 211-259, 2000.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: GASKELL, G.; BAUER, M. W. (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89.

GATTI, B. A. (2005). **Grupo Focal na Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Série Pesquisa em Educação, Brasília.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, P. Godinho. **Os fundamentos de uma nova sociedade: o P.A.I.G. C e a luta armada na Guiné-Bissau (1963-1973)**. Organização do Estado e relações internacionais. Itália: L'Harmattan, 2010.

GONZAGA, Carlos A. M. **Gradiente de renda da terra em Áreas de Proteção Ambiental: estudo em Zona de Uso Agropecuário na Serra da Esperança**. Curitiba, 2006. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) - Centro de Ciências Florestais e da Madeira, Setor de Ciências Agrárias, UFPR.

GRANOVETTER, M. **Ação econômica e estrutura social: O problema da imersão.** RAE-eletrônica - v. 6, n. 1, Art. 9, jan./jun. 2007.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil.** Col. Os Pensadores. Trad.: João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

HOWARD, C. The policy cycle: a model of post-machiavellian policy marking? Australian Journal of Public Administration, Malden v. 64, n. 3, p. 3 – 13 Sept 2005.

IBAP, Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas. 2007. **Estratégia Nacional para as Áreas Protegidas e a Conservação da Biodiversidade na Guiné-Bissau - DRAFT.** Bissau. 58 pp.

INDJAI, M. Q. (2014). **Políticas públicas na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável da Guiné-Bissau (Dissertação de mestrado).** Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal de Paraná, Pato Branco. Recuperado em 28 de agosto de 2020, de <http://repositorio.utfpr.edu.br>

Kadushin, C. (2012). **Understanding Social Networks: Theories, Concepts and Findings.** Oxford University Press.

KLIJN, E. **Redes de políticas públicas: uma visión general.** Disponível no site <http://revistaredes.rediris.es/webredes/textos/Complex.pdf>, 1998

KNOEMA. **Atlas mundial de dados, 2020.** Guiné-Bissau-Densidade populacional. Disponível: Guiné-Bissau Densidade populacional, 1950-2020 - knoema.com. Acesso em: 06 março 2021

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297 p.

LASWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How.** Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

LENIN, V. I. **O Estado e a revolução.** São Paulo: Hucitec, 1986.

LIMA, Luciana L. e D'ASCENZI, Luciano. **Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas.** Revista de sociologia e política. v. 21, nº 48: 101-110 dez. 2014.

LINDBLOM, Charles E. **“The Science of Muddling Through”**, Public Administration Review 19: 78-88. 1959.

LOTTA, G. S.; PAVEZ, T. **Agentes de implementação e a mediação de políticas públicas: entre dinâmicas e estruturas relacionais.** Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v.15, n.56, p.109-125, jul. 2010.

M. N. B; NIEDERLE, P A. Participação, Território e Cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil. Pernambuco: Editora UFPE, 2014.

MADEIRA, João Paulo. Guiné-Bissau: **the role of local and international NGOs in environmental preservation and sustainability of the Bijagos Archipelago**. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, Grajaú/MA, v. 1, n. 3, ed. especial, p. 191-202, 2015.

MADEIRA, João. **A exploração sustentada dos recursos naturais no Arquipélago dos Bijagós**. 2010.

MARIN, Alexandra; WELLMAN, Barry. **Social network analysis: An introduction**. The SAGE handbook of social network analysis, v. 11, 2011.

MARQUES, Eduardo et al. Redes pessoais e pobreza em São Paulo. **O uso das redes sociais nas ciências humanas**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

MENESES, M. P. R., & Sarriera, J. C. (2005). Redes sociais na investigação psicossocial. MERCKLÉ, P. (2004). **Sociologie des réseaux sociaux**. Paris: Éditions La Découverte.

MILLER, Hugh T. Post-progressive public administration: Lessons from policy networks. **Public Administration Review**, p. 378-386, 1994.

MOURA, L. K. B., MARCACCINI, A. M., MATOS, F. T. C., SOUSA, A. F. L.,

NASCIMENTO, G. C., MOURA, M. E. B. Revisão Integrativa sobre o câncer bucal. *R. Pesq. Cuid. Fundam.*, v. 6, n. 5, p. 164-175, 2014.

NEWMAN, Mark; BARABASI, Albert-Laszlo; WATTS, Duncan J. **The structure and dynamics of networks**. Princeton University Press, 2011.

ONU - **Organização das Nações Unidas**. Projetos da Guiné-Bissau e Brasil recebem prêmio da ONU para meio ambiente. Disponível em: <https://news.un.org/pt/tags/premio-equador/>. Acesso em: 29 de setembro de 2019.

PINTO, A. **Políticas públicas de promoção turística e desenvolvimento local e sustentável: um estudo de caso em Bolama-Bijagós/Guiné-Bissau**. 2018. 103 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

POLET.FRANÇOIS. **Dinâmicas e impactos da expansão do turismo no Arquipélago dos Bijagós**, 2011

POWELL, Walter W.; SMITH-DOERR, Laurel. **Networks and economic life**. The handbook of economic sociology, v. 368, p. 380, 1994.

POWELL, Walter W.; SMITH-DOERR, Laurel. Networks and economic life. **The handbook of economic sociology**, v. 368, p. 380, 1994.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. MINISTÉRIO DE ECONOMIA, PLANO E **INTEGRAÇÃO**. II Documento de Estratégia Nacional de Redução de Pobreza (DNARP). Bissau. 2011.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. MINISTÉRIO DOS RECURSOS NATURAIS E **AMBIENTE**. Estratégia Nacional de Comunicação em Matéria de Intercâmbio de Informações Sobre a Biodiversidade. **Bissau. 2015.**

RIVERA, Mark T.; SODERSTROM, Sara B.; UZZI, Brian. Annual Review of Sociology, v. 36, 2010, p. 91–115. *Dynamics of dyads in social networks: Assortative, relational, and proximity mechanisms.*

SAID, R. A.; ABREU, A. **A Economia Local da Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Urok: Dinâmica, Constrangimentos e Potencialidades**. IMVF, TINIGUENA, Comissão Europeia e Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. Setembro de 2011.

SANTY, B. R. V. H., & Valencio, N. F. L. S. (2017). **Políticas de adaptação às mudanças climáticas na Guiné-Bissau. Os antecedentes históricos para entender os desafios sociais cumulativos**. Afro-Ásia, 55, pp. 35-69.

SANTY, Boaventura Rodrigues Vaz Horta. **As representações sociais das mudanças do clima e suas implicações no processo de territorialização: os Bijagós da ilha de Formosa, Guiné-Bissau**. 2012. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

SARAVIA, Enrique. **Introdução à teoria da política pública**. In: SARAVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete, Políticas Públicas – coletânea. Brasília, ENAP, 2006

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: CENGAGE Learning, 2012.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

SEMEDO, R. **PAIGC: a face do monopartidarismo na Guiné-Bissau (1974 a 1990)**. São Carlos: UFSCar, 2009. Dissertação do Mestrado em Ciências Política.

SILVA, M. K.; ZANATA Jr., R. **Dossiê Redes Sociais**. *Revista USP*, São Paulo, n. 92, p. 114-130, 2012.

SIMON, Herbert. **Comportamento Administrativo**. Rio de Janeiro: USAID. 1957

SLUZKI, C. E. (1997). **A Rede social na prática sistêmica: Alternativas terapêuticas** (1ª Edição.). São Paulo: Casa do Psicólogo Livraria e Editora Ltd.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Uma Revisão da Literatura. Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, n.16, jul/dez. 2006, p. 20-45.

TÉ, G. A. **Pescarias industriais de arrasto na plataforma continental da GuinéBissau**. Dissertação (Mestrado em Ciências Marinhas Tropicais). – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Ciências do Mar, Universidade Federal do Ceará, 79p. 2005.

TICHY, N. M.; TUSHMAN M. L.; FOMBRUM C. **Social Network Analysis For Organizations**. *Academy of Management Journal*, v. 4, 1979.

UROK. **“Plano de gestão AMPC-Urok”** Tiniguena, Bissau, 2004. UROK. **“Plano de gestão AMPC-Urok”** Tiniguena, Bissau, 2014.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. (1994). **Social Network Analysis: Methods and Applications (Structural Analysis in the Social Sciences)**. Cambridge: Cambridge University Press.

WILLIAMSON, O. E. **The Economic Institutions of Capitalism: Firms, Markets, Relational Contracting**. New York: The Free Press, 1985.

WWF Brasil. Disponível em: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/>. Acesso em: 12 de abril de 2021.

ZIKMUND, W. G. **Business research methods**. 5.ed. Fort Worth, TX: Dryden, 2000.

8 APÊNDICE A

Roteiro de Discussão para Grupo Focal

1. Introdução

- a) Apresentação dos moderadores
- b) Apresentação dos participantes
- c) Apresentação dos objetivos
- d) Conceituação do tema
- e) Questão inicial: **Quanto a gestão e planejamento ambiental, como se dá o processo de implementação de políticas de preservação aqui na ilha de urok?**

2. Questões a serem investigadas:

- a) **De que forma a população local vê a atuação do conselho comunitário nas questões ambientais e nas outras áreas.**
 - Percepção dos participantes sobre o papel do conselho comunitário e os efeitos que ela gera nas ilhas.
 - Nível de aceitação por parte da população no cumprimento das regras impostas pelo conselho.
- b) **Em 1996, a UNESCO elegeu o Arquipélago de Bijagós como Reserva da Biosfera, esse é o motivo da criação do conselho comunitário de urok?**
 - Entender os fatores motivacionais da criação do conselho
 - Como é visto a questão de ser parte da reserva da biosfera
- c) **participação do Estado: De quem acha que é a responsabilidade da promoção e manutenção da qualidade ambiental?**
 - Papel do Estado para promoção de extensão
 - Efetividade das políticas
- d) **Desdobramento**
 - Em que medida estão satisfeitos ou insatisfeitos com o vosso trabalho (promoção da gestão ambiental)? Fatores que devem ser melhorados
 - Fatores que devem ser melhorados

3. Conclusão

ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO DE GRUPO FOCAL

Observadores comportamentais

Função: descrição de comportamentos, reações físicas frente às perguntas/ temas abordados;

- a) Acanhamento
- b) Postura
- c) Facilidade e dificuldade de expressão de ideias
- d) Concordância e discordância (não verbal) com a opinião de outro (s) participante (s)
- e) Ações e reações enquanto outros participantes falam

Temas a serem tratados:

- a) **De que forma a população local vê a atuação do conselho comunitário nas questões ambientais e nas outras áreas.**
 - Percepção dos participantes sobre o papel do conselho comunitário e os efeitos que ela gera nas ilhas.
 - Nível de aceitação por parte da população no cumprimento das regras impostas pelo conselho.
- b) **Em 1996, a UNESCO elegeu o Arquipélago de Bijagós como Reserva da Biosfera, esse é o motivo da criação do conselho comunitário de urok?**
 - Entender os fatores motivacionais da criação do conselho
 - Como é visto a questão de ser parte da reserva da biosfera
- c) **participação do Estado: De quem acha que é a responsabilidade da promoção e manutenção da qualidade ambiental?**
 - Papel do Estado para promoção de extensão
 - Efetividade das políticas
- d) **Desdobramento**
 - Em que medida estão satisfeitos ou insatisfeitos com o vosso trabalho (promoção da gestão ambiental)? Fatores que devem ser melhorados
 - Fatores que devem ser melhorados

ROTEIRO DE DISCUSSÃO PARA GRUPO FOCAL (moderador)

1. Introdução

Boa tarde! Meu nome Claudino.

O nosso objetivo é compreender o papel da população local na gestão pública e na execução dos programas de proteção ambiental nas ilhas de Urok. Os pontos de vistas aqui discutidos nos ajudarão a compreender sobre o tema e gostaríamos de agradecer pela participação de vocês.

Para que esta discussão seja proveitosa, temos algumas recomendações:

- Sintam-se à vontade para participar e expressar suas ideias;
- Pedimos que falem uma pessoa de cada vez;
- Saibam que não existe respostas certas ou erradas;
- Pedimos que deixem de lado a timidez;

Só mais uma observação: esta discussão será gravada e alguns pesquisadores estarão presentes aqui na sala fazendo anotações. Mas vocês podem ficar absolutamente tranquilos com relação ao sigilo de todas estas informações gravadas, transcritas e anotadas. O que significa que, vocês não serão identificadas em qualquer relatório.

Antes de iniciarmos, gostaríamos de saber se vocês têm alguma pergunta.

- **Apresentação dos participantes**
- **Conceituação do tema**

2. Questões a serem investigadas:

ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO DE GRUPO FOCAL

Observadores de Conteúdo

FUNÇÃO: transcrição, com letra legível, descrição de falas, dos participantes sobre as perguntas/ temas abordados. Não é necessária a transcrição literal, a não ser que seja relevante.

- Ideias importantes,
- Termos importantes,
- Frases importantes.

9 APÊNDICE B

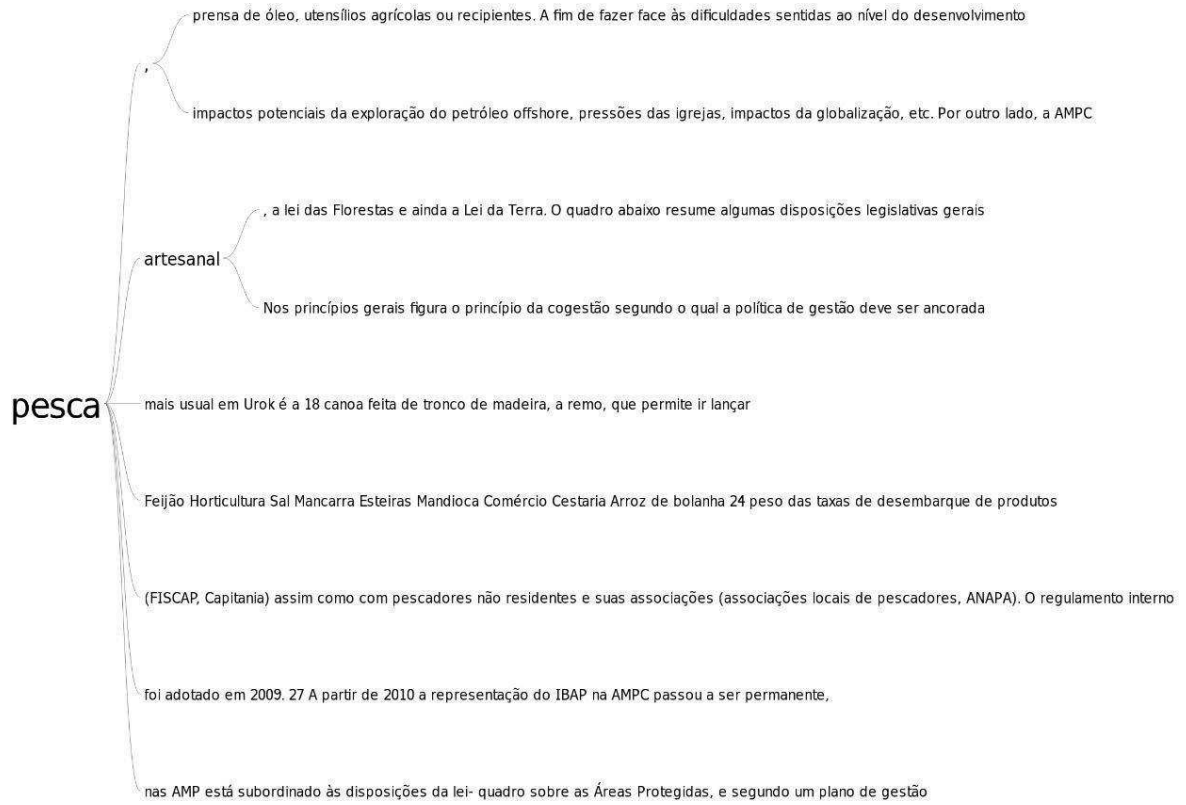
Arvore de Palavras do Plano de Gestão 1



Fonte: Plano de gestão Urok (2004)

10 APÊNDICE C

Arvore de Palavras do Plano de Gestão 2



Fonte: Plano de Gestão (2014).

11 ANEXO A

Decreto de Criação da Ampc-Urok


 REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

BOLETIM OFICIAL

Terça-feira, 12 de Julho de 2005 Número 28

Dos assuntos para publicação no "Boletim Oficial", devem ser enviados o original e o duplicado, devidamente autenticados pela entidade responsável, à Direcção-Geral da Função Pública - Repartição de Publicações -, a fim de se autorizar a sua publicação.

Os pedidos de assinatura ou números avulsos do "Boletim Oficial" devem ser dirigidos à Direcção Comercial da INACEP - Imprensa Nacional, Empresa Pública -, Avenida do Brasil, Apartado 257 - 1204 Bissau, Codex. - Bissau Guiné-Bissau.

SUPLEMENTO

SUMÁRIO

PARTE I

Conselho de Ministros:
Decreto n.º 8/2005.
 Criada a Área Marinha Protegida Comunitária nas ilhas de Formosa, Nago e Chediã (Ilhas Urok).

Decreto n.º 9 /2005.
 Aprovado o Plano de Gestão da Área Marinha Protegida Comunitária das ilhas de Formosa, Nago e Chediã (ilha Urok).

PARTE I

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 8/2005

CRIAÇÃO DA ÁREA MARINHA PROTEGIDA COMUNITÁRIA DAS ILHAS DE FORMOSA, NAGO E CHEDIÃ (ILHAS UROK)

Preâmbulo

Consciente de que a protecção do meio ambiente na Guiné-Bissau é um factor indispensável ao desenvolvimento harmonioso do país, o Governo aprovou a Lei Quadro das Áreas Protegidas que prevê a atribuição de diferentes categorias às áreas de interesse para a conservação cuja classificação venha a justificar-se. Neste mesmo espírito, o Governo assinou a 17 de Março de 2003, a Declaração de Política Geral e a Estratégia Regional para as Áreas Protegidas Marinhas na África Ocidental adoptada no quadro do PRCM - Programa Regional de Conservação dos Recursos Marinhas e Costeiros da África Ocidental. A visão global expri-

mida por essa estratégia é formulada nestes termos: "... Uma rede de Áreas Marinhas Protegidas na África Ocidental, geridas por instituições fortes, de forma participativa, que valorizam a diversidade natural e cultural, para contribuir para o desenvolvimento durável da região".

O grupo de ilhas de Formosa, designado tradicionalmente Urok, integra, para além desta, as ilhas de Nago e Chediã e vários ilhéus e ilhotas desabitadas, entre as quais Acóco, Maramba, Papagaio, Qual e Ratum. Situadas na parte Norte do Arquipélago dos Bijagós, cobrem, no seu conjunto, uma superfície de 545 km² dos quais 147 km² de meio terrestre, 66 km² de mangal, 203 km² de zonas intertidais vasosas e 8 km² de canais profundos.

O Arquipélago dos Bijagós abriga, para além de abundantes recursos da pesca e paisagens de beleza excepcional, uma diversidade biológica notável, preservada até os nossos dias graças a modos de gestão tradicional praticados pela etnia bijagó. Por isso, foi classificado pela UNESCO, em 1996, Reserva da Biosfera. O seu zoneamento, feito em colaboração com seus habitantes, permitiu identificar os meios mais sensíveis chamados zonas centrais. Alguns já beneficiam de um estatuto de protecção especial, tais como o Parque Nacional de Orango e o Parque Nacional Marinho das Ilhas de João Vieira e Poilão.

O grupo de ilhas de Formosa, Nago e Chediã (Ilhas Urok) foi igualmente identificado como zona central da Reserva da Biosfera do Arquipélago dos

Fonte: Decreto Urok (2005).

Bijagós, mas, até hoje, não dispõe de um estatuto de protecção correspondente. Com efeito, a sua zona costeira é particularmente interessante em termos de biodiversidade. As partes vasosas intertidais, os densos mangais e os inúmeros canais representam habitats críticos para a reprodução e o crescimento de numerosas espécies de peixes e crustáceos. Constituem igualmente habitats para mamíferos, répteis e aves aquáticas. O grupo de Formosa abriga uma das mais fortes concentrações de Manatins da sub-região, assim como Golfinhos, entre os quais o *Souza teuzsii*, uma espécie rara, para além de Hipopótamos "marinhos", lontras do mar, crocodilos e várias espécies de tartarugas marinhas. As zonas vasosas são ocupadas por grandes concentrações de aves aquáticas, destacando-se imícolas, pelicanos, flamingos cor-de-rosa, garças e gaivinas, representando, na totalidade, cerca de 190.000 indivíduos pertencendo a 96 espécies provenientes da Europa do Norte e da Sibéria. O grupo de Formosa é, na realidade, o mais importante do Arquipélago para a avifauna, sendo que este é o segundo sítio de importância para as aves migradoras a nível da África Ocidental.

Nos últimos anos, as trocas comerciais com o continente aumentaram, assim como as influências do exterior, originadas principalmente pela chegada de um número cada vez maior de populações vindas do exterior, em busca dos seus recursos abundantes, os haliéuticos em particular. Isso tem-se traduzido na pressão crescente sobre algumas espécies, no enfraquecimento das regras tradicionais de gestão e no empobrecimento das populações residentes. Preocupados com esta situação, as populações locais e autoridades tradicionais, com o apoio de entidades governamentais e não-governamentais, nacionais e estrangeiras, engajaram-se num processo de gestão participativa dos espaços e recursos costeiros das ilhas Formosa, Nago e Chediã (Ilhas Urok), assente na recuperação e actualização das regras tradicionais de gestão e visando a criação de uma área marinha protegida comunitária.

Reconhecendo o valor ecológico e a riqueza em biodiversidade das ilhas Urok, bem como o carácter inovador da experiência de gestão participativa em curso nestas ilhas, que constitui já um exemplo de referência não só no país mas na sub-região; cientes da necessidade de apoiar e encorajar dinâmicas autónomas conducentes a uma maior responsabilização das populações pela conservação e valorização do meio ambiente e promoção do seu desenvolvimento.

O Governo decreta, nos termos do n.º 2 do artigo 100.º da Constituição, o seguinte:

CAPÍTULO I

DA CRIAÇÃO, NATUREZA E OBJECTIVO

ARTIGO 1.º

(Criação e natureza)

1. É criada a Área Marinha Protegida Comunitária das ilhas de Formosa, Nago e Chediã (Urok), adiante designada AMPC das ilhas Urok, uma pessoa colectiva de direito público e nos termos definidos no artigo 3.º da Lei Quadro das Áreas Protegidas.
2. A AMPC das ilhas Urok rege-se pelas disposições do presente diploma, pela Lei Quadro das Áreas Protegidas e demais legislação aplicável.
3. A capacidade da AMPC das ilhas Urok abrange todos os direitos e obrigações necessários ou convenientes à prossecução do seu objectivo, exceptuando os que lhe sejam vedados por lei ou sejam inseparáveis da personalidade singular.

ARTIGO 2.º

(Objectivo)

A AMPC das ilhas Urok tem por objectivo assegurar a durabilidade do património natural e cultural das ilhas de Formosa, Nago e Chediã, designadas tradicionalmente ilhas Urok, com vista ao desenvolvimento durável das populações locais e do País, através do empoderamento das comunidades residentes e da sua plena participação na sua conservação em benefício das gerações presentes e futuras.

ARTIGO 3.º

(Limites)

1. A AMPC das ilhas Urok compreende o território das ilhas Formosa, Nago e Chediã (Urok) que se estende até aos limites dos bancos e espaços marítimos tradicionalmente geridos pelas comunidades destas ilhas.
2. Segundo o mapa anexo ao presente diploma e dele fazendo parte integrante para todos os efeitos legais, a fronteira da AMPC das ilhas Urok passa a norte das *Pedras de Maio*, seguindo a leste o limite do *Canal do Geba* (isóbata dos 10 metros) e passa a norte das *Pedras de Papagaio*; inclina-se, de seguida, a sudeste, englobando os bancos *Coroa de Papagaio*, depois orienta-se a sul e depois a sudeste, alongando a leste os bancos *Coroa de Formosa*; prolonga-se nessa direcção até ao banco situado a 3 milhas a leste da ilha de *Edana*; sobe depois, ligeiramente, em direcção

oeste – noroeste até à extremidade oeste do banco exterior situado a sudoeste da *Ponta de Uada*; contorna esse banco a oeste e em linha oblíqua para o norte e depois para o nordeste, alongando a oeste as *Coroas de São Francisco*; prossegue essa trajectória passando a oeste os bancos até o limite do *Canal do Geba*, a norte das *Pedras de Maio*.

CAPITULO II

DO ZONAMENTO

ARTIGO 4.º

(Zoneamento)

1. O sistema de zonamento da AMPC das ilhas Urok prevê a existência de três zonas distintas, delimitadas em consonância com a população residente e de acordo com a seguinte classificação:
 - a) zona central que compreende toda a zona de mangais e rios associados, nomeadamente o contorno das ilhas e o espaço compreendido entre Formosa, Nago e Chediã, conhecido por "barriga das ilhas";
 - b) zona tampão que se estende a partir do limite da zona central até ao primeiro canal, passando pela jusante dos bancos de areia em contacto com a costa das ilhas de Formosa, Nago e Chediã e incluindo os pequenos canais que atravessam estes bancos;
 - c) zona de transição que começa do primeiro canal junto das ilhas até ao limite exterior do território das ilhas de Formosa, Nago e Chediã.
2. Os limites das diferentes zonas constam do mapa anexo a que se refere o artigo 3.º do presente diploma.

CAPITULO III

DAS ACTIVIDADES CONDICIONADAS E LICENCIAMENTO

ARTIGO 5.º

(Mapas)

1. A sede da AMPC das ilhas Urok deverá dispor para consulta pública de um mapa à escala de 1:50.000 onde constem os limites desta, assim como os do zoneamento, conforme definidos no artigo 4.º.
2. Na sede da AMPC das ilhas Urok também deverá existir, para consulta pública, uma descrição actualizada das actividades permitidas ou proibidas, o estatuto de pro-

tecção das diferentes zonas e, de uma forma geral, quaisquer informações reputadas necessárias ao bom funcionamento desta área protegida.

ARTIGO 6.º

(Interdições e condicionamentos)

Conforme as regras definidas no Plano de Gestão da AMPC das ilhas Urok, a ser adoptado oficialmente em tempo oportuno:

- a) É interdito o exercício de quaisquer actividades na zona central, tais como a execução de loteamentos, construções ou outras acções que não sejam o acesso aos recursos reservados exclusivamente seja aos residentes para a satisfação de necessidades alimentares e cerimoniais seja para fins científicos;
- b) Na zona tampão o acesso aos recursos é reservado exclusivamente aos residentes para fins alimentares, cerimoniais e comerciais;
- c) Na zona de transição o acesso aos recursos naturais é consentido tanto aos residentes como aos não residentes.

ARTIGO 7.º

(Fiscalização)

1. A actividade de fiscalização no território da AMPC das ilhas Urok baseia-se nos princípios da co-gestão e da responsabilização das populações. É exercida pelo seu Comité de Gestão, em colaboração com os residentes e com o apoio da Administração de Sector.
2. A aplicação de sanções é da competência da Administração do Sector, sob proposta do Comité de Gestão da AMPC das ilhas Urok.
3. O disposto nos números anteriores não prejudica o exercício de poderes de fiscalização da polícia, quando tal se justificar.

ARTIGO 8.º

(Licenciamento)

1. Todas as actividades eventualmente sujeitas a regimes de licenciamento ficam condicionadas à autorização da Administração de Sector, sob proposta do Comité de Gestão da AMPC das ilhas Urok.
2. Os pedidos de licenciamento carecem obrigatoriamente de estudos de impacto ambiental prévios, conforme previsto na Lei Quadro das Áreas Protegidas.

CAPÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS

ARTIGO 9.º

(Órgãos)

1. São órgãos da AMPC das ilhas Urok:
 - a) O Comité de Gestão;
 - b) A Assembleia-Geral.
2. As competências e o funcionamento destes órgãos são aquelas previstas, com as necessárias adaptações, no art.º 17.º da Lei Quadro das Áreas Protegidas.
3. O Comité de Gestão é composta por 6 representantes da Formosa, 3 de Nago, 3 de Chediã, 2 de Tiniguena, 1 da Reserva da Biosfera do Arquipélago de Bolama-Bijagós, e 1 de Administração de Sector.
4. A Assembleia Geral é composta por membros dos Comités de Gestão de cada tabanca componente das três ilhas, 2 representantes da Administração de Sector, 1 da Delegacia Regional da Pesca, 3 da Tiniguena, 1 da Reserva da Biosfera do Arquipélago de Bolama-Bijagós, 1 do Gabinete de Planificação Costeira, 1 do IBAP e 2 de parceiros financeiros.

CAPÍTULO V

DA GESTÃO E SEUS INSTRUMENTOS

ARTIGO 10.º

(Gestão)

1. A ocupação, o uso e a fruição do solo serão regulados nos termos definidos pela lei da terra.
2. São instrumentos de gestão da AMPC das ilhas Urok o Plano de Gestão, o orçamento, o fundo especial e o regulamento interno, conforme prescritos na Lei Quadro das Áreas Protegidas.
3. O plano de gestão definirá os usos adequados do território e dos recursos naturais da AMPC das ilhas Urok em conformidade com o mapa anexo.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS
E TRANSITÓRIAS

ARTIGO 11.º

(Destino das receitas)

O produto das multas e outras sanções aplicadas pelas autoridades administrativas competentes assim como o das taxas previstos nos processos de licenciamento, serão distribuídos pela forma que se segue:

- a) 40% para o Fundo Especial da AMPC das ilhas Urok;

- b) 30% para o IBAP;
- c) 20% para a Administração de Sector;
- d) 10% para o Tesouro Público.

ARTIGO 12.º

(Plano de gestão)

O plano de gestão deverá ser oficialmente adoptado até um ano a contar da data de aprovação deste diploma.

ARTIGO 13.º

(Registo)

A aprovação deste decreto implica o registo definitivo da AMPC DAS ILHAS UROK na Direcção Geral dos Serviços de Cadastro e Topografia do Ministério das Obras Públicas, Construções e Urbanismo.

ARTIGO 14.º

(Mecanismos institucionais)

Além do disposto no n.º 1 do art.º 49.º da Lei Quadro das Áreas Protegidas, deverá ainda o Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural requerer oficialmente:

- a) o registo a que se refere o artigo anterior;
- b) a suspensão e sujeição a novos procedimentos, sob a cominação do disposto no art.º 8.º da lei quadro, dos processos de concessão de terrenos pendentes para a região de Bolama-Bijagós;
- c) a cópia do Tombo Geral devidamente actualizado, concernente à área da AMPC das ilhas Urok na escala de 1:50 000 com posterior remissão desta para a sede da Administração da Reserva.

ARTIGO 15.º

(Dúvida)

Os casos de dúvida serão interpretados por despacho do Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, ouvido o IEAP e administração do Parque.

ARTIGO 16.º

(Entrada em vigor)

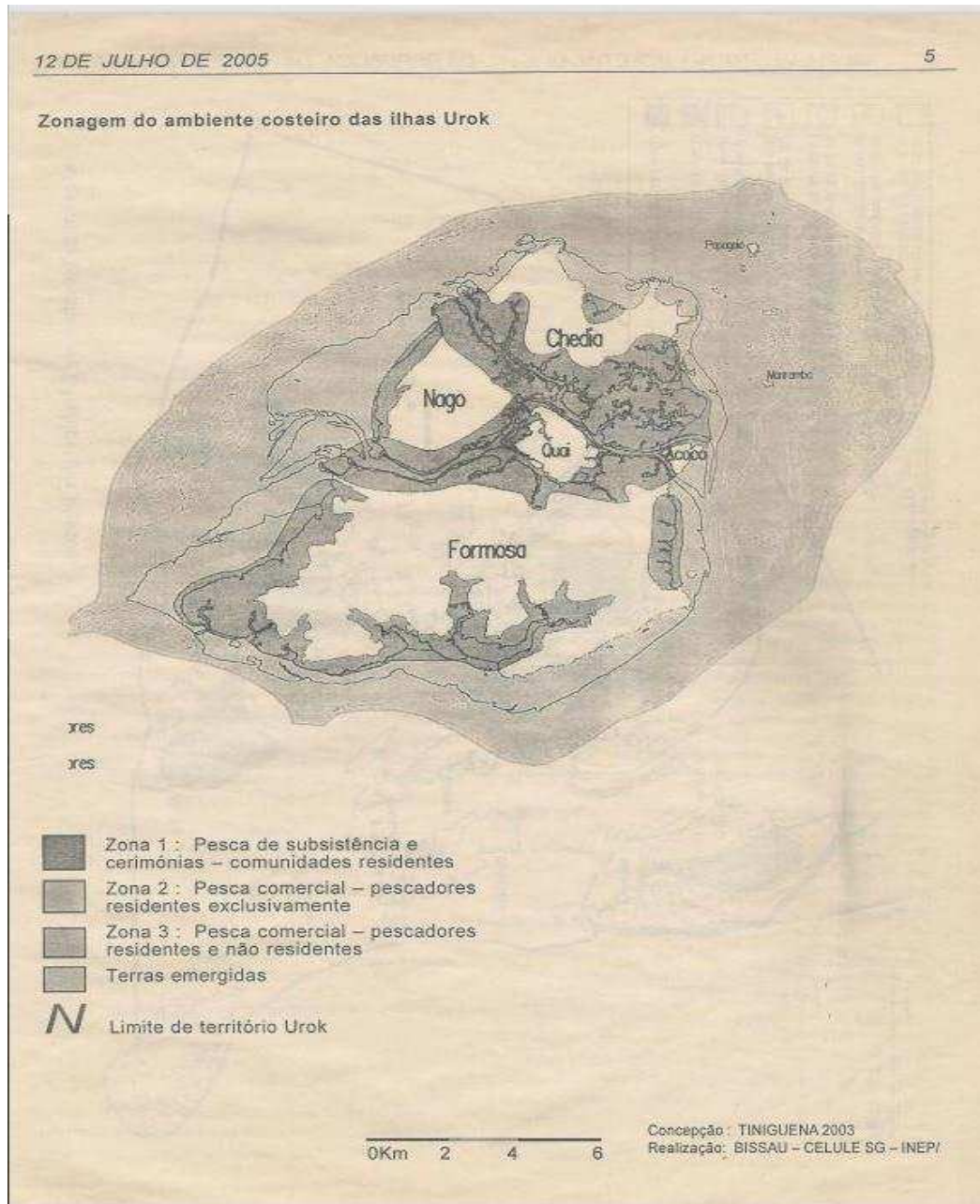
O presente diploma entra em vigor logo após a sua publicação no Boletim Oficial.

Aprovado em Conselho de Ministros de 15 de Abril de 2005. – O Primeiro Ministro, **Carlos Gomes Júnior**. – O Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Eng.º **João José Martins Lopes de Carvalho**.

Promulgado em 12 de Maio de 2005.

Publique-se.

O Presidente da República de Transição, **Henrique Pereira Rosa**



Fonte: Decreto Urok (2005).